



Diário Oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXIX

Florianópolis, 13 de novembro de 1962

NÚMERO 7.171

Safras agrícolas de Santa Catarina em 1962

O Departamento Estadual de Estatística, está distribuindo nova publicação, relacionada, desta feita, com os primeiros resultados das safras agrícolas do corrente ano em Santa Catarina.

É a primeira vez, como frisa a Direção Geral daquele órgão, que o DEE divulga dados recentíssimos acerca da potencialidade da nossa agricultura.

Relativamente a alguns produtos, como sejam centeio, cevada, trigo, uva, banana etc. os números se referem à previsão das safras, calculada através de estimativas realizadas, em cada uma das comunas catarinenses, pela rede de

Agências Municipais de Estatística.

A publicação em apêço, no gênero, talvez única no país, estampa, discriminadamente, por zonas fisiográficas, a área cultivada, a quantidade produzida e o rendimento médio por hectare de 40 culturas, selecionadas como as de maior significação econômica no Estado.

Em sua parte final, figura uma tabela comparativa dos resultados das atuais safras com os de 1961.

O DEE, não obstante seus limitados recursos, vem possibilitando, como o faz agora, um melhor e oportuno conhecimento da realidade catarinense.

Convênio Governo do Estado/CPCAN

INSTALADO GRUPO EXECUTIVO

Para dar cumprimento ao convênio firmado pelo Governo do Estado com a Comissão do Plano do Carvão Nacional, para a execução das obras de construção dos sistemas de transformação e transmissão, ligando o sistema da SOTELCA com as regiões geo-econômicas do Litoral de Laguna, Planalto de Lajes, Alto Vale do Itajaí e Norte do Estado, foi constituído Grupo Executivo composto de representantes do BDE,

CEE e CELESC.

Designados os representantes, que recaíram sobre os seguintes técnicos: Eng. Karl Rischbieter — Chefe da Divisão Técnica da CEE, Eng. Heinz Lippel — Diretor Técnico da CELESC, Prof. Fernando Marcondes de Mattos — Assessor Técnico do Poder Executivo, instalou-se o Grupo Executivo, que tomou as primeiras providências para a liberação das verbas consignadas para este ano.

Centro de pesquisas

Continua se reunindo normalmente o Grupo de Trabalho designado pelo Secretário de Educação e Cultura para elaboração do ante-projeto que criará o Centro

Estadual de Pesquisas da Secretaria de Educação e Cultura, devendo os resultados ser apresentados até o dia 15 de dezembro do corrente ano.

Estatísticas financeiras e econômicas de Santa Catarina

Iniciamos na edição de hoje a publicação de aspectos financeiros e econômicos das diversas regiões geo-políticas do

ENERGIA ELÉTRICA

Reunião de dirigentes dos setores de produção

Atendendo solicitação do presidente da CEE, estiveram reunidos durante o dia 7, na sala de conferências daquele órgão estadual, todos os engenheiros dirigentes dos diferentes setores de produção de energia elétrica, coordenando, já em caráter definitivo, os detalhes dos próximos suprimentos de energia constantes do Plano Quinquenal de Eletrificação estabelecido pelo atual Governo do Estado.

Foram analisados todos os problemas especificamente de ordem técnica sobre os problemas existentes e estabelecida uma conclusão final, tendo em vista o aspecto estadual e não simplesmente de uma região.

INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS NORTE-CENTRO-SUL

Caracterizando os objetivos imediatos da importante reunião, foram os estudos feitos para a interligação dos sistemas Sul-Centro-Norte, abrangendo todo o sistema de produção da zona litorânea catarinense. Com isso se permitirá ao mercado consumidor das três importantes regiões geoeconômicas a absorção das disponibilidades da usina Capivari (CSN) e a integração da Usina Térmica de Joinville, recentemente adquirida pelo Governo do Estado e em fase de construção e da Central Palmeiras, em final de montagem, neste sistema, com o que será evitado, para o inverno de 1963, um racionamento de maiores proporções.

ÍNDICE

- Pág. 2 — Decreto n. 2.180 — Dispõe sobre a tributação (Código de Minas.)
- Pág. 3 — Ato do exmo. sr. Governador — Retificando, reintegrando e nomeando. Procuradoria Geral do Estado — parecer. Interior e Justiça — Edital.
- Pág. 4 — Viação e Obras Públicas — Apostilas. Dep. de Estradas de Rodagem — Edital. Diretoria de Obras Públicas — Portaria. Fazenda — Portarias. Conselho Estadual de Educação — Parecer n. 6.
- Pág. 5 — Tesouro do Estado.
- Págs. 6 a 12 — Conselho Estadual de Contribuintes — Pautas de julgamentos ns. 38 e 39. Departamento Central de Compras — Portarias ns. 6.203 e 6.204.
- Págs. 13 a 17 — Publicações diversas — Atas, editais, estatutos e balanços.
- Pág. 18 — Tribunal de Justiça — Expediente da Presidência, editais ns. 5, 12 e 2.576. Tribunal Regional Eleitoral — Ato ns. 736 e 737. Edital de concorrência pública n. 1/62.
- Págs. 19 e 20 — Foro da Capital — Editais. Juizados do Interior — Juizados de direito das comarcas de Itajaí, Aranguá, Joinville, Chapecó e Tijucas.

Convênios escolares

O titular da Pasta da Educação, procurando ativar o andamento dos Convênios Escolares, vem de designar um Grupo Executivo para a execução das novas normas que serão adotadas na elaboração de tais Convênios.

N.	MUNICÍPIOS	1953	1956	1957	1958	1959	1960	1961
1	I — Litoral de São Francisco							
1	Araquari	1.028.856,20	1.520.087,70		2.164.747,80	2.715.349,00	3.392.675,90	4.182.311,00
2	Corupá				345.678,90	3.217.418,70	4.232.776,40	5.376.179,10
3	Guaramirim	2.011.927,00	2.912.140,90	3.194.305,10	4.771.170,50	5.218.196,40	6.469.223,70	7.430.210,50
4	Jaraguá do Sul	5.123.735,30	6.915.918,70	8.413.015,20	9.308.096,10	12.053.441,50	14.293.059,00	23.047.518,10
5	Joinville	23.821.243,70	31.197.990,50	60.057.325,10	48.348.821,90	70.026.365,10	86.510.994,50	190.029.721,20
6	São Francisco do Sul	2.854.764,60	4.576.004,20	4.774.972,10	5.876.339,10	11.492.872,30	8.920.614,40	10.198.451,40
	SUB-TOTAL	34.810.526,80	46.222.202,10	76.439.617,50	70.814.854,30	104.723.643,00	123.819.314,00	210.274.501,60

Estado de Santa Catarina. Na primeira fase serão apresentadas as arrecadações municipais no período de 1955 a 1961.

Para facilitar aos senhores assinantes, comunicamos junto ao endereço a data do término da assinatura, tão logo esteja vencida. Pede-se o obsequio — quem o desejar, de renovar as assinaturas com a antecedência de 30 dias.

Serão aceitos para publicação, somente originais datilografados de um só lado do papel e autenticados, ressaltadas por quem de direito as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem.

IMPRENSA OFICIAL do ESTADO

Diário Oficial

WALDYR GRISARD — Diretor

Rua Jerônimo Coelho n. 15 — Caixa Postal, 138

Telefones — Diretor: 3079 — Portaria: 2688

As assinaturas do "Diário Oficial", poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares	Cr\$ 1.000,00
Funcionários	Cr\$ 700,00
Número avulso	Cr\$ 10,00

A comunicação do preço, é feita geralmente por telegrama sendo que os originais deverão ser encaminhados à publicação, depois de haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertinentes à matéria publicada, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, ou verbalmente, à Direção, no máximo até cinco dias depois da saída do jornal.

Nos cheques visados, vales ou ordens enviados não devem constar nomes ou cargos, mas apenas IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

Governo do Estado

Ato do Poder Executivo

DECRETO N. SF-07-11-62/2.180

Dispõe sobre a tributação a que alude o art. 68, parágrafo 5º, do Decreto-Lei Federal, n. 1.935, de 29 de janeiro de 1940, (Código de Minas).

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e especialmente,

Considerando a faculdade que lhe defere o art. 68, parágrafos 5º e 7º, da Lei Federal n. 1.935, de 29 de janeiro de 1940, de redação alterada pelo Decreto-Lei Federal n. 5.247, de 12 de fevereiro de 1943;

Considerando que o atual regime previsto pelo art. 15, inciso III, da Constituição Federal, no que concerne à competência privativa da União para tributar lubrificantes, combustíveis líquidos ou gasosos, minerais do país e energia elétrica, previu apenas, o rateio do produto de arrecadação do imposto único entre Estado e Município, no que respeita aos combustíveis e lubrificantes e energia elétrica, não havendo, até o momento, nenhuma regulamentação quanto aos minerais;

Considerando que dada essa omissão e até que o preceito constitucional em referência seja regulamentado, vem diversas entidades da Federação aplicando sobre a matéria supletivamente os preceitos do art. 68, do Código de Minas, modificado pelo Decreto-Lei Federal n. 5.247, de 12 de fevereiro de 1943, em virtude daquelas disposições não terem sido derogadas pela Constituição Federal;

D E C R E T A :

Art. 1º — O imposto sobre os Minérios, constituído da parte que cabe ao Estado na tributação prevista no art. 68, do Decreto-Lei Federal, n. 1.935, de 29 de janeiro de 1940, (Código de Minas), incide à razão de três e meio por cento (3 1/2%), do valor da produção, efetiva da jazida ou mina, excetuado o carvão e o petróleo, sobre todas as substâncias minerais ou fósseis, quer provenham de pesquisa ou de lavra, quer de mina garantida pelo art. 21, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 18 de setembro de 1946, quer sejam por fiscoação ou garimpagem ou por trabalhos semelhantes, na conformidade do disposto no referido Código.

§ 1º — Da tributação de cinco por cento (5%), a que se refere o § 5º, art. 68, do Código de Minas, ficam, portanto, reservados ao Município um e meio por cento (1 1/2%), do valor da produção efetiva das jazidas ou minas nele localizadas.

§ 2º — Na hipótese das fontes de águas minerais, ter mais e gases, o imposto será cobrado à base de utilização das águas e gases.

Art. 2º — O imposto sobre minérios é devido pelo minerador habilitado, quanto às substâncias minerais ou fósseis provenientes de pesquisa ou lavra ou de mina garantida pelo art. 21, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único — Quanto a minério obtido por fiscoação ou garimpagem ou por trabalho semelhante o imposto é devido pelo primeiro comprador ou beneficiador.

Art. 3º — O valor da produção efetiva na boca da mina, sobre o qual incide o imposto sobre minérios, sempre à razão de três e meio por cento (3 1/2%), será o que for estabelecido anualmente para cada minério ou mina, pela Diretoria de Rendas Internas do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único — Enquanto não forem publicados os novos valores dos minérios consideram-se prorrogados os estabelecidos para o exercício anterior.

Art. 4º — Se convier ao Município, a sua parte, correspondente a um e meio por cento (1 1/2%), do valor da produção efetiva da jazida ou mina, poderá ser arrecadada pelo Estado, juntamente com o imposto sobre minérios.

§ 1º — Quando arrecadada pelo Estado, a parte do Município, será entregue mensalmente, com dedução da percentagem abonada à repartição arrecadadora.

§ 2º — A conveniência na arrecadação pelo Estado da parte do muni-

cípio deverá ser manifesta ao Secretário, pelo respectivo Prefeito.

Art. 5º — O imposto sobre minérios será recolhido à Coletoria do Município de situação na jazida ou mina, à medida que se verificarem os embarques ou mensalmente, na forma deste Regulamento.

Parágrafo único — O imposto poderá ser recolhido antecipadamente, mediante um único conhecimento em relação a minérios destinados a embarques parcelados e em datas diferentes.

Art. 6º — Em relação aos minérios utilizados em indústria do próprio minerador, situada no local da jazida ou mina, o imposto deverá ser pago mensalmente, até o décimo dia útil de cada mês quanto à produção do mês anterior.

§º — O contribuinte fornecerá a produção mensal, mediante declaração em três vias, extraídas do livro "Modelo I", a que se referem os arts. 5º e 9º, do Decreto-Lei Federal n. 5.247, de 12 de fevereiro de 1943.

§ 2º — As três vias de declaração referida no parágrafo anterior, após receberem a citação do número, data e importância do conhecimento da arrecadação, terão o seguinte destino: a 1ª via será remetida à Diretoria do Serviço de Fiscalização da Fazenda, a 2ª e 3ª, permanecerão nos arquivos da Coletoria e contribuinte, respectivamente.

§ 3º — A arrecadação do imposto, na forma declarada, não importa na aceitação definitiva dos dados apresentados.

Art. 7º — As indústrias estabelecidas no Estado, poderão recolher o imposto, em relação aos minérios, que lhe são remetidos diretamente pelos mineradores, desde que, previamente, assumam essa obrigação, mediante assinatura de um termo de responsabilidade no Serviço competente na Diretoria do Serviço de Fiscalização da Fazenda.

§ 1º — Nesse caso, o minerador, anotará na coluna de observações do livro "Modelo I", referido no § 1º do art. 7º, que o minério é remetido à indústria destinatária com o imposto a pagar.

§ 2º — Os estabelecimentos industriais, que se responsabilizarem pelo imposto, na forma deste artigo, deverão efetuar o seu pagamento até o décimo dia útil de cada mês, quanto ao minério recebido no mês anterior, discriminando, em declaração apresentada à repartição arrecadadora da sua sede, o nome do fornecedor, procedência, espécie e peso do minério, e fazendo ainda, no prazo de cinco (5) dias, contados do recolhimento, a necessária comunicação ao fornecedor, para efeitos de fiscalização.

§ 3º — A declaração a que se refere o parágrafo anterior será expedida em três vias, que terão o destino mencionado no § 2º, do art. 7º.

§ 4º — Não se arrecadará, em um mesmo conhecimento, o imposto referente a minérios remetidos por mais de um minerador, nem provenientes de jazidas ou minas situadas em Municípios diversos.

Art. 8º — Ao minerador habilitado, que possuir em dois ou mais, Municípios, uma ou mais jazidas ou minas, bem como ao comprador ou beneficiador de minérios obtidos por trabalhos regulares do gênero da fiscoação da garimpagem (Capítulo VIII — do Código de Minas) que exercerem as suas atividades em mais de um Município, será permitido o recolhimento do imposto mensalmente, na repartição arrecadadora do Município, em que estiver a sede do seu escritório, observadas, no que couberem, as disposições do art. anterior e desde que mantenham, devidamente escriturados, os livros exigidos pela legislação federal.

Art. 9º — Aos demais mineradores habilitados compradores ou beneficiadores de minérios obtidos por trabalhos regulares do gênero da fiscoação e da garimpagem, que observarem, rigorosamente, todas as exigências da Legislação Federal de Minas, também poderá ser concedida autorização para recolherem o imposto, mensalmente, na forma dos arts. anteriores.

Art. 10 — A concessão a que se referem os arts. 9º, e 10, será dada pela Secretaria da Fazenda, mediante requerimento dos interessados e depois de verificados, em cada caso, a possibilidade de uma eficiente fiscalização.

Art. 11 — Para os fins de abono de percentagem à Coletoria da procedência do minério e pagamento da parte do Município, quando arrecadada pelo Estado, a repartição que fizer arrecadação na forma dos arts. 8º e 10, deverá:

I — Mencionar no corpo do conhecimento expedido, além dos elementos essenciais a esse documento, o nome do minerador, a espécie e peso do minério e o Município de localização da jazida ou mina;

II — Comunicar mensalmente à Diretoria do Serviço de Fiscalização da Fazenda da Secretaria da Fazenda e as Coletorias dos Municípios em que estiverem situadas as jazidas ou minas, o total de arrecadação, discriminando o responsável, o minerador e os conhecimentos expedidos.

Art. 12 — Quando transportados ou negociados, o minério deve ser acobertado por guia de fiscalização.

§ 1º — Na guia serão mencionados a importância do imposto sobre minérios e o número e data do conhecimento da arrecadação.

§ 2º — Os contribuintes que tiverem concessão para efetuar o pagamento do imposto, mensalmente, nos termos deste Regulamento, devem mencionar na guia que o tributo devido será recolhido mediante declaração a Coletoria.

§ 3º — Num ou outro caso dos parágrafos anteriores deste artigo, as guias devem conter ainda:

- a) — Nome e residência do contribuinte;
- b) — nome e residência do destinatário;
- c) — espécie do minério;
- d) — peso, expresso em unidade tributável;
- e) — valor da partida, observados os valores fixados pela Diretoria de Rendas.

Art. 13 — Os mercados de minérios reterão em seu poder as guias que receberem dos contribuintes do imposto sobre minérios, referidos no art. 2º, emitindo uma ou mais guias ao novo comprador ou compradores, que, da mesma forma, ficarão com a guia recebida e emitirão outras, se novas operações forem realizadas e assim por diante.

§ 1º — Os mercados de minérios farão sempre, nas guias que emitirem, referência ao número da guia que receberam do vendedor bem como ao Município de origem ao minério.

§ 2º — As guias permanecerão em poder daqueles que receberem, pelo prazo de três anos, se antes não forem procuradas por funcionários da Fiscalização da Fazenda, que fornecerá então o competente recibo, para ser conservado até expirar o referido prazo.

Art. 14 — Sempre que houver evasão do imposto, será expedida a competente notificação fiscal, para a sua cobrança e aplicação das multas previstas na legislação fiscal do Estado.

Parágrafo único — No caso de apreensão do minério, lavrar-se-á o respectivo auto.

Art. 15 — Poderá ser liberado o minério apreendido, desde que recolhidos o imposto e multas devidos ao Estado e feita a prova do pagamento dos tributos do Município e da União.

Parágrafo único — Quando não houver sido pago o tributo do Município ou da União o funcionário do Estado, que fizer a apreensão do minério comunicará a ocorrência à Prefeitura ou a Exatária Federal mais próxima.

Art. 16 — Depois do prazo estabelecido neste Regulamento, o recolhimento espontâneo do imposto sobre minérios será efetuado com as seguintes multas, calculadas sobre o valor do tributo:

- a) — Até trinta (30) dias, dez por cento (10%);
- b) — de mais de trinta (30) dias, vinte por cento (20%).

Art. 17 — O mercador de minério adotará, além de outros, exigidos pela Legislação Fiscal, os seguintes livros:

I — O livro de que tratam os arts. 6º e 10, do Decreto-Lei Federal n. 5.247 (modelo 2), destinado ao movimento de compra e venda ou aproveitamento de minérios que adquirir, diretamente, das pessoas que os obtiverem mediante falsificação, garimpagem ou trabalhos assemelhados;

II — O livro para registro exclusivo das guias por ele emitidas, nos termos do art. 14.

Parágrafo único — No livro "Registro de Compras", instituído para fiscalização do imposto sobre vendas e consignações, os mercadores só registrarão as compras de minérios que fizerem aos mineradores habilitados ou a outros mercadores.

Art. 18 — Sendo observadas as formalidades exigidas pelo art. 33 e Decreto-Lei n. 1.895, de 1940 (Código de Minas), o arrendatário de jazidas que fizer a exploração por conta própria se equipará ao minerador, para os efeitos deste Regulamento, desde que o contrato de arrendamento tenha assumido o compromisso de todas as obrigações a cargo do minerador, em face do Código de Minas.

Art. 19 — Salvo caso do artigo anterior, a exploração de jazida será sempre tida como feita pelo minerador habilitado por decreto de autorização de pesquisa ou lavra, ou garantida pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo consideradas como simples mercadores as pessoas que vierem a efetuar operações comerciais como minério delas provenientes.

Art. 20 — Os mineradores habilitados, bem como os compradores ou beneficiadores de minério, obtido por falsificação ou garimpagem ou por trabalhos assemelhados, não estão sujeitos a outro tributo estadual, além do imposto sobre minérios, em virtude de beneficiamento que venham a submeter o minério, visando sua simples purificação ou forma mais convincente.

Parágrafo único — A indústria de beneficiamento, que importe na alteração da Constituição química do minério, será tributada como atividade distinta de mineração, na forma comum da legislação tributária do Estado.

Art. 21 — Este decreto entrará em vigor a 1º de janeiro de 1963, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 7 de novembro de 1962.

CELSON RAMOS
Geraldo Wetzel

Decretos de 31 de outubro de 1962

O GOVERNADOR RESOLVE

Tendo em vista o Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado, proferido nos autos do mandado de segurança n. 300, de Florianópolis,

Tornar sem efeito:

O decreto datado de 3 de abril de 1961, que tornou sem efeito o datado de 17 de dezembro de 1960, que nomeou, por concurso, Salma Cecília

Albano para exercer o cargo da classe S-5 (atualmente A-16) da carreira de Visitador Sanitário, do Quadro Geral do Estado (Centro de Saúde de Blumenau).

O decreto datado de 3 de abril de 1961 que tornou sem efeito o datado de 20 de dezembro de 1960, que nomeou, por concurso, Yolanda da Conceição Moraes para exercer o cargo da classe A-5 (atualmente A-16) da carreira de Visitador Sanitário, do Quadro Geral do Estado (Centro de Saúde de Joazeiro).

O decreto datado de 3 de abril de 1961, que tornou sem efeito o datado

de 20 de dezembro de 1960, que nomeou, por concurso, Maria da Conceição Moraes para exercer o cargo da classe A-5 (atualmente A-16) da carreira de Visitador Sanitário, do Quadro Geral do Estado (Centro de Saúde de Criciúma).

O decreto datado de 3 de abril de 1961 que tornou sem efeito o datado de 17 de dezembro de 1960, que nomeou, por concurso, Zoleida Teresa da Conceição para exercer o cargo da classe A-5 (atualmente A-16) da carreira de Visitador Sanitário, do Quadro Geral do Estado (Centro de Saúde de Lajes).

Decreto de 5 de novembro de 1962 O GOVERNADOR RESOLVE

Tendo em vista o Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, no recurso ordinário em mandado de segurança n. 9.887, de Santa Catarina,

Reintegrar:

Maria Aracy Nascimento no cargo da classe A-16 (atualmente A-17) da carreira de Escriturário, do Quadro Geral do Estado (Centro de Saúde de Blumenau).

Decreto de 6 de novembro de 1962

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com os artigos 176, da lei n. 2.913, de 21-11-61, e 13, alínea IV, letra a, da lei n. 198, de 18-12-54:

Moacyr Budant para exercer, em substituição, o cargo de Promotor Público, da carreira do Ministério Público, da comarca de Dionísio Cerqueira, de primeira instância, enquanto durar o afastamento do respectivo titular, dr. Jahyr José do Valle, que se encontra designado para responder pela Promotoria Pública da comarca de São Bento do Sul, de segunda instância.

Decretos de 7 de novembro de 1962

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com os arts. 174 e 52, da

lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952 Alfredo Patrício para exercer, o cargo de Suplente de Juiz de Paz, do distrito de Cedro Alto, do município de Rio dos Cedros, da comarca de Timbó.

Ingomar Klug para exercer, o cargo de Juiz de Paz, do distrito de Cedro Alto, do município de Rio dos Cedros, da comarca de Timbó.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Durante o mês de outubro, foram exarados pela Procuradoria Geral do Estado, 54 pareceres, assim discriminados:

Pareceres Cíveis

Mandado de Segurança	2
Recursos de Mandados de segurança	7
Apelações Cíveis	6
Apelações de desquite	6
Agravos de Petições	5
Agravos de instrumento	4
Reclamações	1
	31

Pareceres Criminais

Apelações Criminais	8
Recursos Criminais	4
Revisões Criminais	2
Revogação de Medidas de Segurança	1
	15

Processos em Tramitação no Supremo Tribunal Federal

Razões de Recursos ordinário	2
Razões de Recurso Extraordinário	1
Petições de Recurso Extraordinário	5
	8

Florianópolis, 5 de outubro de 1962.
Milton Leite da Costa, Procurador Geral do Estado.

(16159)

Secretarias de Estado

Interior e Justiça

IMPrensa Oficial do Estado

EDITAL

De acordo com o disposto no art. 312, do Estatuto dos Funcionários Públicos, convido o sr. Urgel Figueiredo de Liz, ocupante do cargo de Expediente, pártido L-15, do Quadro Especial da Imprensa Oficial do Estado, a se apresentar nesta Repartição, dentro do prazo de (20) dias, a contar de hoje, sob pena de ser demitido por abandono do cargo que exerce, conforme prescreve o art. 282, item I, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954, visto está faltando ao serviço.

E, para que chegue ao conhecimento do referido funcionário, para fins de prova de existência de força maior, ou de coação ilegal, nos termos do parágrafo único, do art. 312, da lei n. 198, de 13 de dezembro de 1954, supra citada, lavro o presente edital, que será publicado no "Diário Oficial" do Estado.

Diretoria da Imprensa Oficial do Estado, em Florianópolis, 13 de novembro de 1962.

Waldyr Grisard, diretor.

EDITAL

De acordo com o disposto no art. 312,

do Estatuto dos Funcionários Públicos, convido o sr. Manoel Dias, ocupante do cargo de Arquivista, padrão A-17, do Quadro Especial da Imprensa Oficial do Estado, a se apresentar nesta Repartição, dentro do prazo de vinte (20) dias, a contar de hoje, sob pena de ser demitido por abandono do cargo que exerce, conforme prescreve o art. 282, item I, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954, visto está faltando ao serviço.

E, para que chegue ao conhecimento do referido funcionário, para fins de prova de existência de força maior, ou de coação ilegal, nos termos do parágrafo único, do art. 312, da lei n. 198, de 13 de dezembro de 1954, supra citada, lavro o presente edital, que será publicado no "Diário Oficial" do Estado.

Diretoria da Imprensa Oficial do Estado, em Florianópolis, 13 de novembro de 1962.

Waldyr Grisard, diretor.

Viação e Obras Públicas

APOSTILAS

Lineo Machado. Cargo: Engenheiro, classe C-4. Lotado na Diretoria de Obras

Públicas do Estado. De acordo com o Decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a nível da função gratificada de Chefe de Divisão de Conservação, passando o portador deste título a perceber, a gratificação correspondente ao nível FG-1, a partir do dia 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. Secretário da Viação e Obras Públicas, em Florianópolis, em 26 de setembro de 1962 Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da Viação e Obras Públicas.

Olavo Fontana Arantes Cargo: engenheiro, classe C-24, lotado na Diretoria de Obras Públicas do Estado. De acordo com o decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a especificação e nível da função representada neste título, passando o seu portador a exercer a função gratificada de Chefe da Divisão de Construção, nível FG-1, a partir do dia 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. Secretário da Viação e Obras Públicas, em 26 de setembro de 1962 Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da Viação e Obras Públicas.

Idatília Momm Azevedo, Auxiliar de Serviço, classe E-18, lotada na Diretoria de Obras Públicas do Estado. De acordo com o decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a nível da função gratificada de Chefe do Serviço do Pessoal, passando o portador deste título a perceber, a gratificação correspondente ao nível da função gratificada de Chefe nível FG-7, a partir do dia 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. S.V.O.P., em Florianópolis, 26 de setembro de 1962. Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da Viação e Obras Públicas.

Otaviano Silveira, Topógrafo, classe A-32, lotado na Diretoria de Obras Públicas do Estado. De acordo com o decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a especificação e nível da função representada neste título, passando o seu portador a exercer a função gratificada de Chefe da Sec. de Trab. e Desenhos Topográficos, nível FG-6, a partir do dia 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. S.V.O.P., em 26 de setembro de 1962. Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da S.V.O.P.

Nelson Fábio da Silveira, Almoxarife, classe B-13, lotado na Diretoria de Obras Públicas do Estado. De acordo com o decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a especificação e nível da função representada neste título, passando o seu portador a exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Almoxarifado, nível FG-7, a partir do dia 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. S.V.O.P., em Florianópolis, 26 de setembro de 1962. Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da S.V.O.P.

Alzira Scholz Faisca, Oficial Administrativo, classe A-18, lotado na Diretoria de Obras Públicas do Estado. De acordo com o decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a especificação e nível da função representada neste título, passando o seu portador a exercer a função gratificada de Chefe da Seção de Expediente, nível FG-6, a partir do dia 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. S.V.O.P., em Florianópolis, 26 de setembro de 1962. Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da S.V.O.P.

Adroaldo Pinto Pereira, Engenheiro, classe C-34, lotado na Diretoria de Obras Públicas do Estado. De acordo com o decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a especificação e nível da função representada neste título, passando o seu portador a exercer a função gratificada de Chefe da Divisão de Projetos e Cálculos, nível FG-1, a partir do dia 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. Secretário da Viação e Obras Públicas, em 26 de setembro de 1962. Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da Viação e Obras Públicas.

Hélio dos Passos Bittencourt, Escriturário, classe E-18, lotado na Diretoria de Obras Públicas do Estado. De acordo com o decreto n. SV-12-09-62/1964, fica modificada a nível da função gratificada de Chefe do Serviço de Coleta de Pregos, passando o portador deste título a perceber, a gratificação correspondente ao nível FG-7 a partir de 25 de setembro de 1962, data da publicação do decreto. S.V.O.P., em Florianópolis, 26 de setembro de 1962. Eng. Celso Ramos Filho, Secretário da S.V.O.P.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIVISÃO ESPECIALIZADA DE TRANSPORTES COLETIVOS

Edital n. 63/62

Nos termos da lei n. 802, de 1º-12-52 e decreto n. 442, de 25-8-53, convide a todos os interessados para se manifestarem no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação, acerca do pedido feito pela Empresa Auto-vegação "São José Ltda", para concessão e exploração de uma linha de transportes coletivos em ônibus entre Jaguaruna e o distrito de Morro de Fumaça, no município de Urussanga, via Morro Grande, com saídas de Jaguaruna, às 7 horas e Morro de Fumaça, às 17 horas.

Florianópolis, 8 de novembro de 1962.

Aivaro Beck, resp. p/exp. da Divisão Especializada de Transportes Coletivos.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Portaria de 11 de setembro de 1962

O DIRETOR RESOLVE

Alterar:

A escala de férias de 1962, baixada por esta Diretoria, na parte que se refere a sra. Maria Adelaide Jaques Auxiliar de Serviço, classe A-17, desta Diretoria, transferindo-as do mês de março para o mês de setembro de c/ano.

Fazenda

Portarias de 6 de novembro de 1962

O SECRETARIO RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 131 e 137, da lei n. 198, de 18-12-54:

A Aurino Meurer, ocupante do cargo de Escrivão de Coletoria, classe A-16, do Quadro Geral do Estado, lotado na Coletoria de Pouso Redondo, de 30 dias, com vencimento integral, para tratamento de saúde, a contar de 25 de setembro de 1962.

A Dulcemar Maia Martins, ocupante da função de Encarregado de Serviço, referência XXI, da T. N. M. do Tesouro do Estado, de 60 dias, com vencimento integral, para tratamento de saúde, a contar de 3 de outubro de 1962.

A Ivan Deeke, ocupante do cargo de Auxiliar de Inspetoria, padrão I-20, do Quadro Geral do Estado, lotado na 4ª Inspetoria Regional de Fiscalização e Arrecadação de Rendas, com sede em Rio do Sul, de 30 dias, com vencimento integral, para tratamento de saúde, a contar de 16 de outubro de 1962.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

(Lei n. 3.030, de 15 de maio de 1962 — D. O. n. 7.049, de 15-5-62)

CONSELHEIROS:

Elpidio Barbosa, presidente.
Lauro Locks, vice-presidente.
Francisco B. Dias, secretário.
Henrique Stodieck
Heinz Ehlert
Alcides Abreu

PORTARIA N. 6, DE 18-9-62

Dispõe sobre a inclusão de um membro na Comissão de Ensino Primário do Conselho Estadual de Educação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, RESOLVE

Incluir:

De acordo com o art. 17, item 16, combinado com o art. 20, do Regimento Interno:

O Conselheiro Orlando Ferreira de Melo, na Comissão de Ensino Primário do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, a que se refere a Portaria n. 1, de 18 de julho de 1962.

Portaria de 17 de outubro de 1962

Dispõe sobre inclusão de um membro na Comissão de Ensino Primário do Conselho Estadual de Educação:

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, RESOLVE

Incluir:

De acordo com o art. 17, item 16, combinado com o art. 20, do Regimento Interno:

O Conselheiro Glauco Olinger, na Comissão de Ensino Primário, do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, a que se refere a Portaria n. 1, de 18 de julho de 1962.

PARECER N. 5/62

Comissão de Ensino Médio

Senhor presidente:

Esta Comissão, reunida dia 1º do corrente mês, tomou conhecimento do ofício enviado a este Egrégio Conselho pelo exmo. sr. Secretário Executivo do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo do Estado, pelo que eram feitas as seguintes consultas:

1º — Se o órgão competente para emanar as normas básicas com referência à regulamentação do artigo 59, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o Conselho Federal de Educação ou o Conselho Estadual de Educação;

A Reimar Schneider, ocupante interino do cargo da classe A-16 da carreira de Auxiliar de Oficial Fazendário, do Quadro Geral do Estado, lotado no Tesouro do Estado, de 60 dias, para tratamento de saúde, com vencimento integral, a contar de 10 de outubro do corrente ano.

De acordo com o art. 133, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Waldemar Elizio, ocupante do cargo da classe B-22 da carreira de Coletor Estadual, do Quadro Geral do Estado, lotado na Coletoria Estadual de Timbó, de 15

Osvaldo Ferreira de Melo
Irma Maria Teresa
Pe. Alvin Bertoldo Braun
Joaquim Madeira Neves
Glauco Olinger
Olga Brasil da Luz
Maria da Glória Mattos
Orlando Ferreira de Melo

2º — sendo tal competência do Conselho Federal, se há possibilidade de ser feita, por intermédio desse Conselho, uma consulta àquele órgão no sentido de se fazerem conhecidas as normas pelas quais se possa programar a aplicação daquele dispositivo legal.

Estudando o problema proposto pelo Plano de Metas, chegou esta comissão às seguintes conclusões:

1 — Diz o parágrafo único do artigo 59, da L. D. B., que nos Institutos de Educação, poderão funcionar cursos de formação de professores para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras.

Estas normas, por se referirem a faculdades de filosofias, ciências e letras, serão fixadas pelo Conselho Estadual de Educação (art. 9º, letras a e b, da L. D. B.).

As normas do Conselho Estadual de Educação compete, após a fixação dessas normas pelo C. F. E., adaptá-las ao Instituto de Educação do Estado.

2 — Desta forma, recomenda esta Comissão ao Plenário seja enviada ao Egrégio Conselho Federal de Educação consulta sobre o assunto.

3 — Outrossim, considerando a importância de que se reveste, no Estado, a adaptação das escolas normais regionais ao grau ginasial, recomenda a Comissão seja, na oportunidade, consultado aquele órgão sobre o aproveitamento dos atuais professores das escolas normais regionais, a título precário que seja, para os futuros ginasios normais, com vistas ao disposto nos artigos 59, 60 e 61.

Sala das Comissões, em 1º de agosto de 1962.

Osvaldo Ferreira de Melo
Pe. Alvin Bertoldo Braun
Alcides Abreu
Heinz Ehlert
Irma Maria Teresa
Maria da Glória Mattos
Glauco Olinger
Orlando Ferreira de Melo.

Aprovado em reunião de 1º de agosto de 1962.

Osvaldo Ferreira de Melo, presidente da Comissão de Ensino Médio.

Aprovado, por unanimidade, na sessão plenária de 4 de setembro de 1962.

dias, para tratamento em pessoa a família, com vencimento integral, a contar de 26 de abril do corrente ano.

Conceder licença, em prorrogação:

De acordo com os arts. 125, 131 e 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Noemy Maria da Silveira Russi, ocupante do cargo de Correntista, padrão I-21, do Montepio dos Funcionários Públicos, de 15 (quinze) dias, com vencimento integral, a contar de 20 de outubro p. p.

TESOURO DO ESTADO
SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE
MOVIMENTO DA TESOUREARIA EM 6 DE NOVEMBRO DE 1962

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo do dia 5 em Caixa	14.567.883,20	Secret. do Interior e Justiça	175.919,90
Receita Orçamentária	231.179,00	Secret. Educação e Cultura	123.150,00
Receita Extra-Orçamentária	—	Secretaria da Fazenda	149.875,00
Despesa (Anulação)	1.260,00	Secretaria da Segurança	—
Repartições Fiscais C/ de Saldos	2.097.000,00	Secret. da Viação Obras Públicas	5.850,00
Retirada de Bancos	—	Secretaria da Agricultura	154.239,00
Depósitos Especiais do Estado	—	Secretaria da Saúde Assistência Social	14.553,00
Depósitos Diversas Origens	38.373,70	Secretaria do Trabalho	—
Montepio	17.524,60	Departamento de Estatística	—
Responsáveis C/ Antigas	—	D. O. R. S. P.	—
Responsáveis C/ Exercício	—	Plano de Obras	—
		Dep. de Geografia e Cartografia	—
		Comissão de Energia Elétrica	—
		Despesa por Créditos Especiais	—
		Receita (Anulação)	135.847,00
		Restos a Pagar	—
		Suprimentos	—
		Recolhimento em Bancos	—
		Depósitos Especiais do Estado	—
		Depósitos de Divs. Origens	10.949,70
		Montepio	1.357.851,10
		Saldo na Tesouraria para 7	14.824.965,80
	Cr\$ 16.935.200,50		Cr\$ 16.935.200,50

DISCRIMINAÇÃO

Estabelecimentos	DO ESTADO		DEPÓSITOS Especiais	DEPÓSITOS Diversas Origens	Montepio	TOTAL
	Disponível	Vinculado				
Tesouraria	10.464.557,80	—	135.475,00	2.244.667,90	1.980.265,10	14.824.965,80
Banco do Brasil	842.130,10	—	5.236.244,20	—	39.578,20	6.117.952,50
Banco N. de Comércio	15.137.269,30	—	2.142.181,70	9.772.438,30	127.887,70	27.179.777,30
Banco Indúst. Com.	11.883.215,50	—	—	—	—	8.195.730,30
Banco Agríc. Mercantil	312.147,40	—	—	—	3.005.871,70	3.318.019,10
Banco Paraná S. C.	680.596,10	—	1.000.000,00	18.218.085,10	10.032.220,50	29.930.901,70
Banco Catarinense	70.990,00	—	—	66.222,00	—	137.212,00
Banco da Lavoura	787.553,20	—	—	—	551.966,90	1.339.520,10
Banco C. R. M. Gerais	3.200.875,40	—	—	8.378.607,00	344.935,20	11.924.377,60
Caixa Econ. Federal	95.718,50	—	1.000.000,00	—	3.013.723,30	4.109.441,80
Banco Merc. Industrial	679.913,50	—	—	—	2.000.000,00	2.679.913,50
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	4.275.886,30	—	—	—	—	4.275.886,30
Bco. Desenvolvimento do Estado	4.994.870,00	—	19.685.000,00	20.000.000,00	17.200.000,00	61.879.870,00
No/Fundo Hosp. Serv. Estado	—	—	—	9.918.285,80	—	9.918.285,80
Paraná c/Fundo Hosp. Serv. Estado	—	—	—	—	8.002.149,30	8.002.149,30
TOTAIS	53.425.683,10	—	29.198.900,90	68.598.306,40	46.298.587,50	197.521.488,30

Roberto Quint, enc. do Controle

Francisco Gonçalves, Subdiretor

Accácio Mello, tesoureiro

MOVIMENTO DA TESOUREARIA EM 7 DE NOVEMBRO DE 1962

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo do dia 6 em Caixa	14.824.965,80	Secret. do Interior e Justiça	681.368,00
Receita Orçamentária	436.102,50	Secret. Educação e Cultura	1.562.350,00
Receita Extra-Orçamentária	—	Secretaria da Fazenda	187.320,00
Despesa (Anulação)	58.189,00	Secretaria da Segurança	10.473,00
Repartições Fiscais C/ de Saldos	5.044.175,50	Secret. da Viação Obras Públicas	—
Retirada de Bancos	26.460.948,50	Secretaria da Agricultura	200.501,90
Depósitos Especiais do Estado	8.031.451,80	Secretaria da Saúde Assistência Social	1.648.515,90
Depósitos Diversas Origens	30.067,80	Secretaria do Trabalho	—
Montepio	—	Departamento de Estatística	—
Responsáveis C/ Antigas	—	D. O. R. S. P.	—
Responsáveis C/ Exercício	—	Plano de Obras	20.000.000,00
		Dep. de Geografia e Cartografia	—
		Comissão de Energia Elétrica	—
		Despesa por Créditos Especiais	38.080,00
		Receita (Anulação)	—
		Restos a Pagar	—
		Suprimentos	—
		Recolhimento em Bancos	7.975.890,00
		Depósitos Especiais do Estado	—
		Depósitos de Divs. Origens	8.037.849,60
		Montepio	276.292,20
		Saldo na Tesouraria para 8	14.267.519,30
	Cr\$ 54.885.900,90		Cr\$ 54.885.900,90

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO		DEPÓSITOS Especiais	DEPÓSITOS Diversas Origens	Montepio	TOTAL
	Disponível	Vinculado				
Tesouraria	10.159.474,50	—	135.475,00	2.238.270,10	1.734.040,70	14.267.260,30
Banco do Brasil	1.240.924,60	—	5.236.244,20	—	39.578,20	6.516.747,00
Banco N. de Comércio	135.291,30	—	2.142.181,70	9.772.438,60	127.887,70	12.177.799,30
Banco Indúst. Com.	11.883.215,50	—	—	—	—	11.883.215,50
Banco Agríc. Mercantil	312.147,40	—	—	—	3.005.871,70	3.318.019,10
Banco Paraná S. C.	680.596,10	—	1.000.000,00	18.218.085,10	10.032.220,50	29.930.901,70
Banco Catarinense	70.990,00	—	—	66.222,00	—	137.212,00
Banco da Lavoura	787.553,20	—	—	—	551.966,90	1.339.520,10
Banco C. R. M. Gerais	2.238.270,10	—	—	8.378.607,00	344.935,20	11.040.524,60
Caixa Econ. Federal	95.718,50	—	1.000.000,00	—	3.013.723,30	4.109.441,80
Bco. Merc. Industrial	679.913,50	—	—	—	2.000.000,00	2.679.913,50
Bco. do Estado R. G. Sul	4.275.886,30	—	—	—	—	4.275.886,30
Banco Desenvolvimento do Estado	4.994.870,00	—	19.685.000,00	20.000.000,00	17.200.000,00	61.879.870,00
Banário c/Fundo Hosp. Serv. Estado	—	—	—	9.918.285,80	—	9.918.285,80
Paraná c/Fundo Hosp. Serv. Estado	—	—	—	—	8.002.149,30	8.002.149,30
TOTAIS	37.633.563,30	—	29.198.900,90	68.591.908,60	46.052.373,50	181.476.746,30

Roberto Quint, enc. do Controle

Francisco Gonçalves, Subdiretor

Accácio Mello, tesoureiro

CONSELHO ESTADUAL DE CON-
TRIBUTANTES

Pauta de julgamento n. 7-11-62/38

De ordem do exmo. senhor presidente, faço saber, a quem interessar possa, que no dia dezesseis (16) do mês de novembro (16-11-62), às oito (8) horas, este Conselho, em sessão ordinária, julgará em sua sala de sessões, os seguintes recursos:

Florianópolis, 7 de novembro de 1962.

Visto: Henrique de Arruda Ramos, presidente.

Rubens Victor da Silva, secretário.

Recurso n. — Interessado — Localidade — Autuado como

154/62 — Inspetor Regional de Lajes — Lajes.

Pauta de julgamento n. 9-11-62/39

De ordem do exmo. senhor presidente, faço saber, a quem interessar possa, que no dia vinte e três (23) do mês de novembro (23-11-1962), às oito (8) horas, este Conselho, em sessão ordinária, julgará em sua sala de sessões, os seguintes recursos:

Florianópolis, 9 de novembro de 1962.

Visto: Henrique de Arruda Ramos, presidente.

Rubens Victor da Silva, secretário.

Recurso n. — Interessado — Localidade — Autuado como

138/62 — Leandro Campestrini representando o sr. Geraldo Fellin — Benedito Novo.

(16376)

DEPARTAMENTO CENTRAL DE
COMPRAS

PORTARIA N. 6.203

Hermes Justino Patrianova, Presidente do Departamento Central de Compras, no uso das suas atribuições, atendendo ao que requereu o funcionário Mauri Fernando Mafra, e observando as conveniências do serviço, resolve determinar, para início das férias do mesmo funcionário, bem como as de Júlio Cesar Fernandes e Ivan de Castro Faria, a data de oito do corrente mês de novembro.

As citadas férias, na conformidade do que determina o artigo 113, dos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis do Estado, serão de trinta dias consecutivos e se referem, respectivamente, aos períodos de 8, 8 e 16 de novembro de 1961 a 8, 8 e 16 de novembro de 1962.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento Central de Compras, Florianópolis, em 6 de novembro de 1962.

Hermes Justino Patrianova, presidente.

Portaria n. 6.204

O presidente do Departamento Central de Compras, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo capítulo V. do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, resolve.

Reprender:

Jaime Cabral de Mello, Servente, Referência XVI, por falta de exatidão no cumprimento de um de seus deveres, no dia sete do corrente.

Registre-se e publique-se.

Departamento Central de Compras, Florianópolis, em 8 de novembro de 1962.

Hermes Justino Patrianova, presidente

Educação
e Cultura

APOSTILAS

O membro do magistério Nelsa Garcia Simas, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.800,00, a contar de 1º de fevereiro de 1944 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 17 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria da Glória Carvalho Goulart, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 4.500,00, a contar de 1º de agosto de 1944 a 1º de outubro de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 10 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nadyr Maciel Baldessar, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 26 de março de 1953 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 21 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Dilmá Freitas Gerhardt, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais, na base de 3% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.600,00, a contar de 2 de março de 1943 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 21 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Zella Turnes Paoli, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais um (1) avanço trienal na base de 8% (oitto por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.008,00 (mil e oito cruzeiros), correspondente ao período de 19 de fevereiro de 1959 a 19 de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro cruzeiros), a partir de 19 de fevereiro de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 13 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Zulema Horn, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oitto por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 15 de fevereiro de 1959 a 15 de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 2 (dois), na importância mensal de Cr\$ 1.520,00 (mil quinhentos e vinte cruzeiros), a partir de 15 de fevereiro de 1962. Secretaria do

Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 13 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nivea Cunha Bacha, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 7 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 10.600,00, no total mensal de Cr\$ 5.600,00, a contar de 15 de fevereiro de 1939 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 22 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Virgínia Ortiz Sasso, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 2.400,00, a contar de 18 de maio de 1946 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 13 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Luiza Recco Zaccaron, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 3.360,00, a contar de 2 de março de 1942 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 21 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Zenaide Pelixer dos Santos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais (1) um avanço trienal, na base de 8% (oitto por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 780,00 (setecentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao período de 16 de julho de 1957 a 16 de julho de 1960, elevando-se o total de avanços percebidos a 6 (seis), na importância mensal de Cr\$ 4.680,00 (quatro mil seiscentos e oitenta cruzeiros), a partir de 16 de julho de 1960. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 13 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nintas Martins Sôcias, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.880,00, a contar de 10 de fevereiro de 1949 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Irene Carmela Krinski, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.240,00, a contar de 15 de julho de 1946 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Henrique José de Souza, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento

básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 2.400,00, a contar de 24 de março de 1947 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Léila Broering Schwinden, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00; no total mensal de Cr\$ 2.800,00; a contar de 30 de janeiro de 1946 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Prudência Costa Marcelino, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 17 de agosto de 1951 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Aires Luiz da Silveira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 1º de fevereiro de 1955 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Estevão Espidola, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal na base de 8% (oitto por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 8 de julho de 1959 a 8 de julho de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco), na importância mensal de Cr\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos cruzeiros), a partir de 8 de julho de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Eulália Krunkowski Campos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oitto por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 10 de setembro de 1958 a 10 de dezembro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 4 (quatro), na importância mensal de Cr\$ 3.040,00 (três mil e quarenta cruzeiros), a partir de 10 de setembro de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Elza Parrela Silveira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oitto por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cru-

zeiros), num total mensal de Cr\$ 1.008,00 (mil e oito cruzeiros), correspondente ao período de 14 de fevereiro de 1959 a 14 de julho de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 7 (sete), na importância mensal de Cr\$ 7.036,00 (sete mil e cinquenta e seis cruzeiros), a partir de 14 de julho de 1962. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jesse Maria-nagel do Nascimento, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 10 de maio de 1958 a 10 de maio de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 19 de maio de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério João Livínio Vaz, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 13 de agosto de 1958 a 13 de agosto de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco), na importância mensal de Cr\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos cruzeiros), a partir de 13 de agosto de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Josefa Cardoso Soares, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 10 de março de 1959 a 10 de março de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 10 de março de 1962. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Elza Ovidia dos Santos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 23 de fevereiro de 1959 a 23 de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 23 de fevereiro de 1962. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério José Destri, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço

trienal, na base de 6% (seis por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte cruzeiros), correspondente ao período de 10 de fevereiro de 1958 a 10 de fevereiro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco), na importância mensal de Cr\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos cruzeiros), a partir de 10 de fevereiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jayme Dal-sasso, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 15 de fevereiro de 1958 a 15 de fevereiro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 15 de fevereiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Genir Toma-mazelli Amorim, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 21 de julho de 1951 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Ione Maria Duarte Silva, a que se refere esta ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 7 de fevereiro de 1956 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Sônia Tere-zinha de Oliveira, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 11 avanços trienais na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 3 de fevereiro de 1957 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Leda Goulart Machado, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 10 de fevereiro de 1955 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Relindes Le-bauski Leão, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 7 de fevereiro de 1956 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e

Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria The-rezinha Schmidt, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 11.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.760,00, a contar de 19 de fevereiro de 1953 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jeanette As-sef, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 15 de fevereiro de 1957 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Norma Gomes Pereira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 7 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 10.000,00, no total mensal de Cr\$ 5.600,00, a contar de 22 de maio de 1957 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Edelberto Er-thal, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 16 de agosto de 1951 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Leni Pereira Fonseca, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 15 de fevereiro de 1957 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Gema Rausis Lima, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 2.280,00, a contar de 15 de fevereiro de 1959 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria da Gló-ria Machado Dias, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total de Cr\$ 720,00, a contar de 15 de fevereiro de 1957 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Geni Pereira Netto, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 7 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 3.920,00, a contar de 10 de abril de 1959 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Caclida Moraes (Irmã M. Humilistas Moraes), a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.440,00, a contar de 19 de fevereiro de 1953 a 10 de janeiro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nilza Silva Guenther, a que se refere esta certidão, passa a perceber na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 10.000,00, no total mensal de Cr\$ 4.800,00, a contar de 10 de fevereiro de 1943 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Bertolina Passos Garcia, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.240,00, a contar de 14 de maio de 1947 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Amélia Lahud Cury (Irmã Maria Anália), a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.440,00, a contar de 19 de fevereiro de 1953 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Emanuel Aulo Peluso, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 7 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 19.000,00, no total mensal de Cr\$ 7.980,00, a contar de 22 de agosto de 1938 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Aujor Avila da Luz, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 17.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.040,00, a contar de 7 de agosto de 1953 a 10 de janeiro de 1961. Secretária do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Darcil Menezes Pereira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 15 de

severeiro de 1957 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Nelly Medeiros Cavalcanti, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.440,00, a contar de 27 de abril de 1955 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Lygia Schwinden, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 7 de fevereiro de 1956 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Germano dos Santos, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 8 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 4.800,00, a contar de 19 de março de 1937 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Conceição de Almeida Ferreira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 760,00, a contar de 12 de março de 1959 a 1º de janeiro de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 20 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Onita Berku Madeira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 4.760,00, a contar de 30 de janeiro de 1942 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 29 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Vanda Martins da Silva, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 10 de maio de 1959 a 10 de maio de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 10 de maio de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 14 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Wilma Campos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento),

sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 17 de abril de 1959 a 17 de abril de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 4 (quatro), na importância mensal de Cr\$ 3.040,00 (três mil e quarenta cruzeiros), a partir de 17 de abril de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 14 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Vilma Maria Lucietti Vendrame, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.008,00 (mil e oito cruzeiros), correspondente ao período de 6 de outubro de 1958 a 6 de outubro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 4 (quatro), na importância mensal de Cr\$ 4.032,00 (quatro mil e trinta e dois cruzeiros), a partir de 6 de outubro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 14 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Zenilda Nunes Lins, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.008,00 (mil e oito cruzeiros), correspondente ao período de 30 de junho de 1958 a 30 de junho de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro cruzeiros), a partir de 30 de junho de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 14 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Ana Clotilde Salomão, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.240,00, a contar de 15 de junho de 1946 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 13 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Mercia Bárbara Rodrigues, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 1º de março de 1958 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Lúcia Castro Marcos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.300,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 16 de março de 1959 a 16 de março de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 16 de março de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e

Cultura, em Florianópolis, 28 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Iolanda Maria Dalazen, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 15 de abril de 1958 a 15 de abril de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 15 de abril de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Dalva Santana de Oliveira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 16 de abril de 1959 a 16 de abril de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 16 de abril de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 26 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Elza da Silva Ferrari, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 2 (dois) avanços trienais, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 2.112,00 (dois mil cento e doze cruzeiros), correspondente ao período de 12 de fevereiro de 1936 a 26 de agosto de 1944, elevando-se o total de avanços percebidos a 6 (seis), na importância mensal de Cr\$ 6.336,00 (seis mil trezentos e trinta e seis cruzeiros), a partir de 26 de agosto de 1944. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 26 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Iolanda Maria Debarba Machiavelli, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.008,00 (mil e oito cruzeiros), correspondente ao período de 1º de abril de 1958 a 1º de abril de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 2 (dois), na importância mensal de Cr\$ 2.016,00 (dois mil e dezessete cruzeiros), a partir de 1º de abril de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 29 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Wanda Nabor Faggion Bazzo, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 10.000,00, no total mensal de Cr\$ 4.000,00, a contar de 5 de fevereiro de 1944 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria da Glória Rodrigues, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 6 de março de 1959 a 6 de março de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 2 (dois), na importância mensal de Cr\$ 1.520,00 (mil quinhentos e vinte cruzeiros), a partir de 6 de março de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Selma Cecília Longo, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.520,00, a contar de 15 de fevereiro de 1956 a 1º de janeiro de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Juracy Vilma Corrêa, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 1º de março de 1957 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Lúcia Lucchesi dos Santos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 6% (seis por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 912,00 (novecentos e doze cruzeiros), correspondente ao período de 11 de abril de 1957 a 11 de abril de 1960, elevando-se o total de avanços percebidos a 6 (seis), na importância mensal de Cr\$ 5.472,00 (cinco mil quatrocentos e setenta e dois cruzeiros), a partir de 11 de abril de 1960. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 2 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Tereza Rosa, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 760,00, a contar de 1º de maio de 1958 a 1º de janeiro de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 2 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Pedro Ozório Pereira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 30 de abril de 1959 a 30 de abril de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 2 (dois), na importância mensal de Cr\$ 1.520,00 (um mil quinhentos e vinte cruzeiros), a partir de 30 de abril de 1962. Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 2 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Felícia Cardoso Vieira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 15-2-52 a 1-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 18 de agosto de 1961. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Marly Fernandes Corrêa, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00, no total mensal de Cr\$ 11.008,00, a contar de 18-2-59 a 1-1-62. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Edith Izolina de Avelar, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00, no total mensal de Cr\$ 1.008,00, a contar de 12-3-59 a 1-1-62. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Aracy Melin Cipriani, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 780,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 7 de agosto de 1959 a 7 de agosto de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 7 de agosto de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, Florianópolis, 3 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Raquel Rosa, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 680,00 (seiscentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao período de 16 de março de 1959 a 16 de março de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 6 (seis), na importância mensal de Cr\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta cruzeiros) a partir de 16 de março de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 18 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Raul Miguel Vieira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.008,00 (mil e oitenta cruzeiros), correspondente ao período de 1 de junho de 1959 a 1 de junho de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro cruzeiros), a partir de 1º de junho de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e

Cultura, em Florianópolis, 2 de outubro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Ida do Canto Teixeira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.800,00, a contar de 20-10-44 a 1º/1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 21 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Vera Batista Neves, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.280,00, a contar de 12-2-52 a 1º/1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nadir Sam-paio Canto Harger, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 15-2-57 a 1º/1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 21 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Adail Muniz Retamal, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 5% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 15-3-55 a 1º/1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 31 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria da Conceição Moreira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 6-4-54 a 1º-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 1º de setembro de 1962. (Ass.)

O membro do magistério Marisa Lopes alma, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 1º-7-57 a 1º-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Edmir de Araújo, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 6% (seis por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 20.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros) num total mensal de Cr\$ 1.320,00 (mil e trezentos e vinte cruzeiros) correspondente ao período de 21 de fevereiro de 1959 a 21 de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco) na importância mensal de Cr\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos cruzeiros), a partir de 21 de fevereiro de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cul-

tura, em Florianópolis, 26 de setembro

de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Elfrida Petry Gorges, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), correspondente ao período de 15 de fevereiro de 1958 a 15 de fevereiro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros), a partir de 15 de fevereiro de 1961. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 29 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério João Antônio da Silva, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, nove mil e quinhentos cruzeiros) correspondente ao período de 10 de dezembro de 1958 a 10 de dezembro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 10 de dezembro de 1961. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Lúcia Cardoso de Souza, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) num total mensal de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) correspondente ao período de 28 de agosto de 1958 a 28 de agosto de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 6 (seis) na importância mensal de Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) a partir de 28 de agosto de 1961. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 29 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Itamira Cereza de Cristo, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.104,00 (um mil e cento e quatro cruzeiros), correspondente ao período de 20 de maio de 1958 a 20 de maio de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 6 (seis), na importância mensal de Cr\$ 6.624,00 (seis mil e seiscentos e vinte e quatro cruzeiros), a partir de 20 de maio de 1961. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Dilza da Silveira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros) num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 6 de junho de 1959 a 6 (seis) na importância mensal de Cr\$ 4.560,00 (quatro mil e quinhentos e sessenta cruzeiros) a partir de 6 de junho de 1961. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de setem-

bro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria de Lourdes Batista, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos cruzeiros) num total mensal de Cr\$ 1.056,00 (mil e cinquenta e seis cruzeiros) correspondente ao período de 18 de março de 1959 a 18 de março de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 4 (quatro) na importância mensal de Cr\$ 4.224,00 (quatro mil e duzentos e vinte e quatro cruzeiros) a partir de 18 de março de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério João Amora, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961 mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 25 de fevereiro de 1958 a 25 de fevereiro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 3 (três), na importância mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta cruzeiros), a partir de 25 de fevereiro de 1961. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 26 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Ducemair Pierena Toldo, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.440,00, a contar de 10-3-54 a 1º-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Lyra Salvadori Didone, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 1.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 1º-3-57 a 1º-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 1º de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Alice Matolia, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 1º-8-51 a 1º-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 1º de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jadyr de Souza Vieira, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.880,00, a contar de 4-2-41 a 1º-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 1º de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Corréa da Silva, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da

lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 25-4-45 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Leni Silva, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 1.800,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 15-2-52 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 10 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Mercedes Aschenbrenner Henrique, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 11.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.680,00, a contar de 30-1-47 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério irmã Lúcia Neote, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.008,00 (um mil e oito cruzeiros), correspondente ao período de 1º fevereiro de 1959 a 1º de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanço percebidos a 8 (seis), na importância mensal de Cr\$ 6.040,00 (seis mil e quarenta e oito cruzeiros), a partir de 1º de fevereiro de 1962. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 29 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Ribeiro, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 15-2-57 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maurília Maiola, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 10-2-55 a 10-1-62. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 4 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jandira Sebastião Cunha, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oitto por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros), correspondente ao período de 7 de fevereiro de 1959 a 7 de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 2 (dois), na importância mensal de Cr\$ 1.520,00 (mil e quinhentos e vinte cruzeiros), a partir de 7 de fevereiro de 1962. Secretaria de Estado dos Negócios

de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Nilza Orzechoneski, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 14-6-50 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 10 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Laura Pereira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.800,00, a contar de 10-3-44 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 10 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Lúcia Eulália Dutra, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 10-3-58 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 9 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Lair Quadros de Espindola, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 15-2-52 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 10 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Mãe Alba Coelho da Silva, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 1º de fevereiro de 1955 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Loli da Silva Felipe, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 21 de junho de 1957 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Beatriz Marcondes Fuck, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.800,00, a contar de 25 de junho de 1945 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Yone Rosa

a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 600,00, a contar de 1º de março de 1958 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria da Graça Melo Fischer, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.600,00, a contar de 6 de fevereiro de 1941 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 23 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Carmen Portela Rocha, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.000,00, a contar de 11 de outubro de 1943 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 23 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Elza Fabre Miranda, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 7 de fevereiro de 1956 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nara Barros dos Santos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 7 de fevereiro de 1956 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Gilda Benedet, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 2.400,00, a contar de 4 de março de 1949 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Ivony Constantino Barreto, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 15 de fevereiro de 1957 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Dionizina Kna, bien Benedet, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal na base de 8% sobre o vencimento básico de

Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 7 de fevereiro de 1956 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Lydia Carneiro, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.440,00, a contar de 25 de abril de 1954 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Cacilda Baptista Menezes, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 720,00, a contar de 7 de fevereiro de 1956 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Alva Saparoli Viana, a que se refere este ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.160,00, 15 de fevereiro de 1952 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Alda Maria Nascimento Mota, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 23 de março de 1950 a 1º de janeiro de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Artur Schneider, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.240,00, a contar de 14-11-46 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de abril de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nesimaria Althoff Bolan, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 10-3-58 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Ubalдина Machado Madeira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 20-3-50 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Francisca Pereira Wendhausen, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.440,00, a contar de 10-3-54 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Eulália Rorivalis Machado, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.600,00, a contar de 8-3-43 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Helda Palmira Mangoni, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 2.400,00, a contar de 10-2-47 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

ScadaBSI(cada et shrdiu vbqgq)

O membro do magistério Dinah Destri Duarte, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.800,00, a contar de 10-8-45 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Rita Larsen, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 3.360,00, a contar de 11-2-41 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jutta Cabral, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 440,00, a contar de 15-2-55 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Iria Bonissoni, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 7-2-56 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Norma Castro de Oliveira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada

um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 1-3-60 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Hilda Napoline Martins, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 2.400,00, a contar de 19-5-38 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Alice Gava Harger, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 1.440,00, a contar de 26-3-53 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Gomes Vicência, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 15-2-57 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Lorena Nazari, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 10-3-56 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Bonfanti da Rocha, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 18-6-54 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Zoé Porto Boaventura, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 10-3-55 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nadir de Bida Ferraro, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de

Cr\$ 2.400,00, a contar de 10-2-49 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Wilma Búrigio da Silva, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 10-5-55 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Naide Broering Zardo, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.160,00, a contar de 15-2-52 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Maria Fernandes Martins, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 9-3-57 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 29 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Cecília Rosa de Andrade, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 11.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.840,00, a contar de 15-2-50 a 10-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Alfredo Emanuel Cardoso, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681 de 27 de abril de 1961, mais 3 (três) avanços trienais, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao período de 2 de maio de 1952 a 2 de maio de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 7 (sete), na importância mensal de Cr\$ 5.320,00 (cinco mil e trezentos e vinte cruzeiros), a partir de 2 de maio de 1961. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 17 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Amália Scottini Schiel, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 28 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.000,00, a contar de 26-2-44 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Nair Ierres Monteuffel, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei

n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.160,00, a contar de 1-2-46 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Vilma Maria Luciete Vindrame, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00, no total mensal de Cr\$ 3.024,00, a contar de 6-2-49 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Noemia Garcia Ribeiro, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.800,00, a contar de 12-4-44 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jandira Sebastião Cunha, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 7-2-56 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Erenice Maria Teixeira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 1-3-58 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Dilma Livramento, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 10.000,00, no total mensal de Cr\$ 4.000,00, a contar de 28-1-44 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Hilda Meller Justi, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.880,00, a contar de 17-5-47 a 1-1-61. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Cláudio Lourenço de Lima, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de

Cr\$ 2.800,00, a contar de 16-8-45 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de julho de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Eda Maria Paganini, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.000,00, no total de Cr\$ 720,00, a contar de 10-4-58 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de julho de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Osni Bastos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 11-2-59 a 10-1-62. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de julho de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Tuffy Kalli Sphaer, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.800,00, a contar de 13-7-45 a 10-1-62. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de julho de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Iracy Lúcia Gandolfi dos Santos, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total de Cr\$ 3.000,00, a contar de 13-2-45 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de julho de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Irene Pereira da Silva, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 880,00 (oitocentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao período de 10 de fevereiro de 1958 a 10 de fevereiro de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco), na importância mensal de Cr\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos cruzeiros), a partir de 10 de fevereiro de 1961. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Delorme Maria Werner, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), correspondente ao período de 15 de fevereiro de 1959 a 15 de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco), na importância de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), a partir de 15 de fevereiro de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Lydia Romanini, a que se refere esta ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.600,00 a contar de 10-5-56 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 25 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Albertina Orzechowski, esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 6 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 3.600,00, a contar de 9-6-42 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 18 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Gleuzia Hoffman Philippi, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 12.600,00, no total mensal de Cr\$ 1.008,00, a contar de 10-3-58 a 10-1-62. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Altamir Jerônimo da Silva, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 880,00 (oitocentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao período de 7 de março de 1959 a 7 de março de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 2 (dois), na importância mensal de Cr\$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta cruzeiros), a partir de 7 de março de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 0 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Rainildes Garcia da Silva, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.200,00, a contar de 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Gertrudes Della Giustina, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 17-3-52 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Idéne Zöe Wendhausen Gomes, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 19-2-53 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Jaime de Oliveira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 6% (seis por cento) sobre o vencimento básico de Cr\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.680,00 (mil seiscientos e oitenta cruzeiros), correspondente ao período de 1 de março de 1958 a 1 de março de 1961, elevando-se o total de avanços percebidos a 2 (dois), na importância mensal de Cr\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta cruzeiros), a partir de 1 de março de 1961. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Ione Rodrigues de Menezes, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 8% (oito por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 13.300,00 (treze mil e oitocentos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 1.104,00 (mil e cento e quatro cruzeiros), correspondente ao período de 1 de fevereiro de 1959 a 1 de fevereiro de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco), na importância mensal de Cr\$ 5.520,00 (cinco mil e quinhentos e vinte cruzeiros), a partir de 1 de fevereiro de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Hilca Muller, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, mais 1 (um) avanço trienal, na base de 6% (seis por cento), sobre o vencimento básico de Cr\$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscientos cruzeiros), num total mensal de Cr\$ 996,00 (novecentos e noventa e seis cruzeiros), correspondente ao período de 1 de março de 1959 a 1 de março de 1962, elevando-se o total de avanços percebidos a 5 (cinco), na importância mensal de Cr\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta cruzeiros), a partir de 1 de março de 1962. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Doraci de Souza Spillere, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.800,00 a contar de 15-7-44 a 1-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 1 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Celba Subtil Piccolotto, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 2 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 9.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.520,00, a contar de 23-2-53 a 1-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Enilde Gior-dani Ronconi, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 3 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 1.800,00, a contar de 24-4-50 a 1-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Olga Rovaris

Savi, a que se refere esta certidão passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8%, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 1-3-58 a 1-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 1 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Laura Cardoso Benedet, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 2.400,00, a contar de 13-2-47 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Reni Moreira, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 7-2-56 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 27 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Rosa Glordani Bosco, a que se refere esta ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 7 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 4.200,00, a contar de 10-3-38 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 30 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Augusta Milaneze Ribeiro, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 4-2-58 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 28 de agosto de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Laura Santos Andrade, a que se refere esta ato, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 1 avanço trienal, na base de 8% sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 600,00, a contar de 4-7-56 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 10 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Deni Luiza Amboni Milanez, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 4 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.000,00, no total mensal de Cr\$ 2.240,00, a contar de 10-3-47 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 3 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

O membro do magistério Iolanda Werner Ehmke, a que se refere esta certidão, passa a perceber, na forma da lei n. 2.681, de 27 de abril de 1961, 5 avanços trienais, na base de 8% cada um, sobre o vencimento básico de Cr\$ 7.500,00, no total mensal de Cr\$ 3.000,00, a contar de 26-4-44 a 10-1-61. Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, em Florianópolis, 10 de setembro de 1962. (Ass.) Rubens Nazareno Neves, Secretário de Educação e Cultura.

Publicações Diversas

CERÂMICA CASTELO S. A.

Ata da assembléa geral extraordinária

A primeira de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e dois, em sua sede social, à rua Henrique Boiteux s. n., na cidade de Tijuca, neste Estado, às 9 (nove) horas, reuniram-se os senhores acionistas da Cerâmica Castelo S. A., em assembléa geral extraordinária, dando cumprimento ao publicado no "Diário Oficial" do Estado, sob os ns. 7.113, 7.120 e 7.121. Verificado o número legal de presenças, o sr. Valério Gomes, diretor-presidente da sociedade, convidou aos presentes a elegerem quem presidiria os trabalhos, tendo seu nome sido indicado por aclamação. Após isto, convidou a mim, João Ramos Júnior, para secretariar os trabalhos, dando por iniciada a sessão, mandando proceder-se a leitura do edital de convocação, que constava do seguinte: Cerâmica Castelo S. A. Edital de convocação: Assembléa geral extraordinária. Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para se reunirem em assembléa geral extraordinária no dia primeiro de setembro p. vindouro, às 9 horas, em sua sede social, à rua Henrique Boiteux s. n., na cidade de Tijuca, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I — Apreciação do pedido de demissão da atual diretoria e consequente eleição de outros membros diretores, até o término do presente mandato; II — fixação dos honorários da diretoria; III — alteração do estatuto social; IV — assuntos de interesse geral. Tijuca, 20 de agosto de 1962. Valério Gomes, diretor. Fim da leitura, o senhor presidente encaminhou os serviços para a primeira parte da ordem do dia, passando a palavra ao dr. Cesar Bastos Gomes, diretor da sociedade, que se expressou em exame de todos os memoriais diretores, levando ao conhecimento da assembléa as razões que os levaram a pedir demissão. Agradeceu a confiança que fora depositada à diretoria da qual fazia parte e disse tudo ter feito para o desenvolvimento da sociedade. Ninguém se pronunciou mais a respeito e o sr. presidente suspendeu a sessão por 30 minutos, a fim de que se elaborassem as chapas, para a eleição dos membros que ocupariam os cargos da diretoria. Fim o prazo, foi reaberta a sessão, pedindo a palavra o acionista dr. Carlos Bastos Gomes, que expôs a presidência, que a assembléa tinha feito chapa única, porém que sua duração, ou seja, que a duração do mandato, para os nomes a serem indicados seria por 120 dias, quando se deveria realizar nova assembléa, para estudo dos demais itens da ordem do dia e eleição dos membros definitivos para a direção. O sr. presidente consultou aos presentes, que confirmaram por unanimidade ser esta a pretensão deles, e que os nomes que assumiriam, por 120 dias, a direção da Cerâmica seriam: Diretor-presidente — José E. Giulhari; diretor-secretário — Mário Jorge Zattar, diretor-técnico — Anselmo Maya; diretor-gerente — Pedro Francisco Reis. Isto feito, não havendo pronunciamento contrário, o sr. presidente declarou empossados nos cargos os referidos senhores, augurando-lhes ao mesmo tempo uma feliz gestão. Em face ao propósito da assembléa, de 30 dentro de 120 dias realizar reunião, para discutir os demais itens da ordem do dia,

constantes do edital de convocação aqui transcrito, como ninguém mais quis se pronunciar, o sr. presidente deu por encerrada a presente reunião, mandando lavrar esta ata, que depois de lida e achada conforme, foi por todos assinada. Valério Gomes, presidente; João Ramos Júnior, secretário; dr. Cesar Bastos Gomes; dr. Paulo Bastos Gomes; dr. Carlos Bastos Gomes; dr. Eduardo Brannand; José Emilio Giulhari; Mário Jorge Zattar; Anselmo Maya; Pedro Francisco Reis. Confere esta ata, em seu inteiro teor, com a registrada no livro de atas das assembléas gerais da Cerâmica Castelo S. A. Tijuca, 1º de setembro de 1962. João Ramos Júnior, secretário.

N. 18.017 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 25 de outubro de 1962.

O secretário: **Eduardo Nicolich**
A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 25 de outubro de 1962.
Eduardo Nicolich, secretário. (4381)

METALÚRGICA JOAO WIEST S. A.

Assembléa geral extraordinária

EDITAL DE CONVOCACAO

São convidados os senhores acionistas para a assembléa geral extraordinária, a realizar-se no dia 14 de novembro do corrente ano, às 15 horas, no escritório da sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- a) Abertura de um escritório comercial em Curitiba (PR);
 - b) aumento de capital.
- Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 1962.

João Wiest, diretor-presidente. (3x1) (4473)

COMPANHIA AUTO MAFRA

Assembléa geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas a comparecerem à assembléa geral extraordinária, a realizar-se no dia 15 de dezembro de 1962, às 14 horas, na sede social, à rua Felipe Schmidt n. 1.204/1.224, nesta cidade de Mafra, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Aumento do capital social;
 - 2º) reforma estatutária;
 - 3º) assuntos diversos.
- Mafra (SC), 30 de outubro de 1962.
Frederico Ervino Heyse, diretor. (3x1) (4469)

CERTIFICADO EXTRAVIADO

Carlos Frederico Mertem, registro n. 90 pág. 127 de 10/11/60 Auto Studebaker mod. 1946, motor n. 224.773, cor azul, 100 HP, seis cilindros, cinco pass. — placa 26-26-27, cert. recebido n. 30.395, adquirido de Abílio Ribeiro D. F. placa 2-24-04.

E o que consta.

Carlos Frederico Mertem
(Firma reconhecida). (3x3) (4422)

CERTIFICADO EXTRAVIADO

Eoi extraviado o certificado do ônibus — Ford F-64 AS 8 SBS-13993, 1956-16 H.P. Cilindros 8 2 portas de Emergência — Cor Vermelho Coral e Pérola — 35 Passageiros — Placa — n. 34-70-28. 04751.
(Firma reconhecida). (3-3) (4392)

CERTIFICADO EXTRAVIADO

O abaixo-assinado, Hélio Martins Ferreira, tendo extraviado a 1ª via do Certificado de Propriedade do Veículo "Kombi Volkswagen" ano de fabricação 1958, cor cinza-branca, motor n. 2.216.621, de 30 H.P., quatro cilindros capacidade de 810 kilos, com placa 1-69-04, certificação n. 53.480 de Blumenau, arquivada do sr. Carlos Stern com certificado do Corupá, n. 9.613 de 13.5-60, vem de requerer a v. s. a publicação nesse "Diário Oficial", por (três) vezes consecutivas, um edital de extravio, a fim de poder receber aqui a 2ª via do referido certificado (Firma reconhecida). (3-3) (4388)

COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DOUAT S/A.

Assembléa geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os srs. acionistas desta sociedade, a comparecerem a assembléa geral extraordinária a realizar-se às 14 (quatorze) horas do dia 20 de novembro de 1962, na sede social, à rua do Príncipe, 839, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Aumento de capital.
- 2º — Alteração do estatuto social.
- 3º — Assuntos diversos de interesse social.

Joinville, 29 de outubro de 1962.

Lauro Carneiro de Loyola, diretor-presidente.

Pedro Paulo Hings Colln, diretor-superintendente. (3-3) (4410)

OSCAR ZWICKER S/A INDUSTRIA E COMERCIO

Assembléa geral extraordinária

1º CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os srs. acionistas da sociedade Oscar Zwicker S/A Indústria e Comércio, para se reunirem em assembléa geral extraordinária, a realizar-se às nove (9) horas do dia 10 de novembro próximo vindouro, na sede social em Trombudo Alto, neste Estado, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Apreciação, aprovação, discussão da proposta da diretoria, referente o aumento do capital social, com reavaliação do ativo imobilizado inclusive às reservas florestais, bem como o aproveitamento de todos os fundos constantes do último balanço geral, encerrado em 31 de dezembro de 1961.
- 2º — Eleição para preenchimento da vaga do diretor-presidente.
- 3º — Alteração do estatuto social.
- 4º — Assuntos de interesse social.

Trombudo Alto, 5 de outubro de 1962.

Raymundo Zwicker, diretor-gerente. (3x3) (4400)

OSCAR ZWICKER S/A INDUSTRIA E COMERCIO

Assembléa geral extraordinária

2º CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os srs. acionistas da sociedade Oscar Zwicker S/A Indústria e Comércio, para se reunirem em assembléa geral extraordinária, a realizar-se às nove (9) horas do dia 30 de novembro próximo vindouro, na sede social em Agrolândia, município do mesmo nome, estado de Santa Catarina, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Efetivação e aprovação do aumento do capital social proposto pela diretoria na assembléa geral extraordinária, realizada no dia 10 de novembro do corrente ano pp.
- 2º — Assuntos de interesse social.

Agrolândia, 11 de novembro de 1962.

Raymundo Zwicker, diretor-gerente. (3-3) (4401)

LOJAS UNTERSTELL S. A.

Carlos Evaldo Unterstell, na qualidade de fundador da "Lojas Unterstell S. A.", com o capital integralmente subscrito e completa as demais exigências legais, convida todos os srs. subscritores a reunirem-se às treze (13) horas, do dia 10 de novembro do corrente ano, em sua sede social à rua Matos Costa n. 298, nesta cidade, para a assembléa geral a fim de resolverem sobre a constituição da Lojas Unterstell Sociedade Anônima.

Pôrto União, 22 de outubro de 1962.
Carlos Evaldo Unterstell,
(Firma reconhecida).

(3-3) (4359)

CIA. ACUCAREIRA BIGUAÇU S. A. — USINA PIRABEIRABA

Assembléa geral extraordinária

2ª CONVOCAÇÃO

Convocamos a todos os senhores acionistas desta firma para a assembléa extraordinária que faremos realizar no dia 1º de novembro de 1962, às 14 horas, em nossa sede social, sita em Antônio Carlos, município de Biguaçu, para deliberarem sobre assuntos de interesse geral da sociedade.

Florianópolis, 27 de outubro de 1962.

Walter Vicente Gomes, diretor-presidente.

Antônio João Pauli, diretor-industrial. (3-3) (4452)

CASA BANCARIA GERMANO STEIN S. A.

Assembléa geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas para se reunirem em assembléa geral extraordinária, no dia 16 de novembro de 1962, às 10 horas, na sede social, à rua Dr. João Colin n. 119, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Proposta da diretoria com parecer do conselho fiscal para aumento do capital da sociedade e respectiva alteração do estatuto social.
 - 2º — Outros assuntos de interesse da sociedade.
- Joinville, 30 de outubro de 1962.
Germano Stein Jnr. e Roberto Stein, diretores-gerentes. (3x3) (4386)

COMPANHIA BRASILEIRA DE MADEIRAS — INDUSTRIAL E COMERCIAL

Ata da sétima assembléa geral extraordinária

Atendendo aos avisos publicados no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições ns. 7.105, 7.106 e 7.107, dos dias 7, 8 e 9 de agosto de 1962, e no jornal de Caçador, edições ns. 578, 579 e 580, de 5, 12 e 26 de agosto de 1962, reuniram-se hoje na sede da firma os acionistas da Cia. Brasileira de Madeiras — Industrial e Comercial, a fim de deliberarem com relação aos assuntos da ordem do dia do aviso de convocação aludido que é o seguinte: Cia. Brasileira de Madeiras, Assembléa geral extraordinária. Convidamos os senhores acionistas para a assembléa geral extraordinária que se dará, na sede da firma, no próximo dia 11 de setembro, com início às 10 horas e para tratar da seguinte ordem do dia: 1º) Aumento do capital; 2º) alteração do estatuto; 3º) outros assuntos de interesse da sociedade. Caçador, 28 de junho de 1962. Victor Kurudz, diretor-presidente.

Atendendo o determinado pelo estatuto, assumiu a presidência da assembléa o diretor-presidente sr. Victor Kurudz, que convidou a mim, Antônio Amorim Filho para secretário. Assin. constituída a mesa diretora dos trabalhos, foram os acionistas solicitados a assinarem o livro de presença, bem como no mesmo indicarem, após a respectiva constatação, as quantidades de ações de que são possuidores. Verificou-se estarem presentes acionistas representando mais de 91% do capital da sociedade. Prosseguindo os trabalhos da assembléa, o sr. presidente leu a proposta da diretoria no relativo ao aumento do capital da sociedade, proposta cujo teor é o seguinte: Senhores acionistas. 1º) O artigo 100 do decreto 47-373 e parágrafos, do regulamento do Imposto de Renda, estabelecem que os aumentos de capital das sociedades, em geral, com aproveitamento de reservas já tributadas, estão sujeitas exclusivamente ao imposto de renda na fonte, a razão de 10%, como onus de pessoa jurídica, podendo ser o recolhimento do mesmo imposto efetuado em dez prestações mensais, iguais e sucessivas. 2º) De fundos tributados apurados no balanço encerrado em 30 de junho de 1961, devidamente aprovado pela assembléa que se realizou no dia 16 de outubro de 1961, fundos não aproveitados quando do aumento do capital aprovado pela assembléa geral extraordinária realizada no dia 14 de março de 1962, possui a nossa sociedade Cr\$ 1.188.648,50 de fundo de reserva legal bem como o saldo de Cr\$ 2.085.718,20 de fundo de reserva especial. Tais fundos, no total ou partes, são susceptíveis de serem incorporados ao capital da nossa firma, sujeito a aumento de capital por tal forma ao pagamento do imposto de renda e taxa única de 15% e condições determinadas no art. 100 e parágrafos antes mencionados. Totalizam tais fundos oriundos do balanço de 30 de junho de 1961 e não aproveitados quando do aumento do capital aprovado pela assembléa citada e realizada no dia 14 de março de 1962 Cr\$ 3.274.366,70. 3º) Temos procurado mantê-los ao par dos negócios da nossa sociedade e satisfação temos tido em decorrência da aprovação das nossas atividades. 4º) Por motivos notórios convém, sempre que possível, seja aumentado o capital da firma. 5º) Pelos mesmos motivos queremos propor, como propondo estamos, o aumento do capital social, mediante a incorporação a ele de Cr\$ 2.085.718,20 do fundo de reserva especial já citado no item 2º desta proposta, assim como a incorporação de Cr\$ 690.281,80, parte do fundo de reserva legal, também referido no item 2º desta proposta, totalizando assim Cr\$ 2.776.000,00 o

aumento do capital social com a incorporação dos citados fundos de reserva. 6º) O objetivado aumento era efetivado na mesma ocasião em que o for o que, igualmente propomos seja feito, de mais Cr\$ 1.824.000,00, mediante contribuição em dinheiro, no ato ou transferência de direitos creditórios dos senhores acionistas na firma, importância esta que será útil à sociedade para incremento dos negócios, e o pagamento do imposto de renda que se tornar devido pelo motivo da incorporação das reservas citadas ao capital social, bem como o atendimento do que decorrer pode da lei n. 2.059. 7º) Propomos assim elevar o capital social de Cr\$ 30.400.000,00 para Cr\$ 35.000.000,00. E pois de Cr\$ 4.600.000,00 o aumento que ora propomos. 8º) Confiamos, pelos motivos expostos, venha a nossa proposta parecer favorável do competente conselho fiscal da sociedade e provação pelos senhores acionistas os quais, propomos o seguinte: 9º) este que aprovado venha a ser o aumento ora proposto, observar-se-á seguinte realitivamente a distribuição, entre os acionistas, das ações ou cautelas que as representam: a) Subscritores os acionistas, proporcionalmente, como assegurado em lei, o aumento em dinheiro ou direitos creditórios, as ações representativas do aumento total (Cr\$ 4.600.000,00), serão também distribuídas proporcionalmente. Em tal hipótese resultarão frações de ações, cuja atribuição aos acionistas seria impraticável. Objetivando equitativa distribuição e conforme determinado na lei, todas as frações referidas serão aglutinadas para completarem ações, as quais serão vendidas na Bolsa, atribuindo-se aos titulares das referidas ações o respectivo produto. b) Poderão, porém, os senhores acionistas, contribuir desproporcionalmente para o aumento em dinheiro, convencionalmente livremente o que necessário for para evitar a existência de frações de ações a serem distribuídas, caso em que não haverá venda em bolsa e poderão as ações ou cautelas ser distribuídas entre os acionistas integralmente e com total observância do estatuto em lei. 10) Aproveito, verificando e efetivado o aumento ora proposto, no montante de Cr\$ 4.600.000,00, far-se-á a alteração do estatuto social na parte relativa ao capital que então será elevado de Cr\$ 30.400.000,00 para Cr\$ 35.000.000,00. Caçador, 24 de julho de 1962. Victor Kurudz, diretor-presidente, Hélio Soares Pinto, Antônio Amorim Filho e Ludovico Staskowian, diretores. A referida proposta tem como complemento o seguinte parecer do conselho fiscal, cuja leitura por designação do sr. presidente eu secretário procedi. Parecer do conselho fiscal. Os signatários deste, componentes do conselho fiscal da Companhia Brasileira de Madeiras — Industrial e Comercial, sediada em Caçador, solicitados para opinarem acerca da proposta da diretoria da mesma firma para elevar o capital da sociedade de Cr\$ 30.400.000,00 para Cr\$ 35.000.000,00, aumento portanto de Cr\$ 4.600.000,00, a integralizar-se com o aproveitamento de Cr\$ 2.776.000,00 do fundo de reserva legal e Cr\$ 2.085.718,20 do fundo de reserva especial, tudo do balanço encerrado no dia 30 de junho de 1961 e com Cr\$ 1.824.000,00 em dinheiro ou créditos, totalizando assim o aumento de capital de Cr\$ 4.600.000,00, após os devidos estudos e reconhecendo a inteira procedência da proposta em foco que atende aos interesses da sociedade, este conselho fiscal a aprova "in-totum"; razão porque exara o seguinte parecer: Considerando a exposição feita pelos senhores diretores desta sociedade, bem como as razões que justificam o aumento proposto e os motivos de opinião que a proposta da diretoria deve ser integralmente aceita pelos senhores acionistas motivo pelo qual recomendamos a sua aprovação. Caçador, 26 de julho de 1962.

João Amâncio Costa, Julio Gomes Guerra, dr. Domingos Paganelli. Fim da leitura da proposta da diretoria e o parecer do conselho fiscal o sr. presidente submeteu à discussão a proposta de aumento de capital da companhia, proposta que foi unanimemente aprovada. Pediu a palavra o acionista sr. Ludovico Staskowian que propôs que a assembléa marcasse o prazo de 31 dias contados da data da publicação desta ata no "Diário Oficial" do Estado para que, relativamente ao aumento de capital, mediante contribuição em dinheiro ou créditos, possam os atuais acionistas fazer uso do seu direito de preferência no mesmo aumento de capital, ficando, indo esse prazo, a diretoria autorizada a receber a seu critério, subscrições de quem queira fazê-la. Foi a mesma proposta posta em votação e aprovada unanimemente. Declarou em consequência o presidente, que o direito de preferência regulado pelo decreto-lei n. 2.617, de 26 de setembro de 1940, e de conformidade com o decidido pela assembléa, e a 31 dias contados da publicação desta ata no "Diário Oficial" do Estado cessando em seguida, a tratar da matéria do item segundo (2º) da ordem do dia disse o sr. presidente que lhe cumpria, preliminarmente, prestar certos esclarecimentos à assembléa, informou então, que a inclusão da matéria "Alteração do Estatuto" na ordem do dia, fora motivada pela expectativa da comparencia total dos senhores acionistas a esta assembléa, de tal hipótese ocorresse, possível. Aí, desde que os acionistas o desejassem o exercício do direito de preferência assegurado em lei. Em tais circunstâncias continuou o sr. presidente poderia esta mesma assembléa deliberar sobre o aumento do capital e alteração do estatuto, com plena observância dos dispositivos legais, tudo com presteza e economia para a sociedade e para os acionistas. Não ocorreu, porém, o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital. E o aumento, embora diversas as suas parcelas, é um só. Cr\$ 4.600.000,00 principalmente em razão de que consoante o proposto pela diretoria, o montante da subscrição em dinheiro, deverá ser utilizado em partes para custeio de despesas, assim como impostos e correlatos acessórios do aumento do capital, inclusive incorporação e consequentemente alteração do estatuto, dependente do cumprimento de exigências legais, o que não é possível agora pelo motivo de não estarem presentes todos os acionistas. Assim, concluiu o sr. presidente, não lhe parecia possível a alteração, por esta assembléa, do estatuto da sociedade. Pedindo e obtendo a palavra, o acionista sr. Ludovico Staskowian, após manifestar sua inteira concordância com a opinião do sr. presidente, propôs que, para a verificação e efetivação do aumento no montante de Cr\$ 4.600.000,00, ora aprovado, e consequente alteração do estatuto, na parte relativa ao capital social, nova assembléa fosse desde logo convocada, para, porém, realização após o decurso do prazo estabelecido para exercício do direito de preferência antes mencionados, e cumprimento das demais formalidades legais. Como mais ninguém houvesse manifestado desejo de discutir o assunto, a proposta do acionista Ludovico Staskowian, foi posta em votação, tendo recebido aprovação unânime. razão pela qual, conforme declarou o presidente, a alteração do estatuto será assunto a ser tratado pela assembléa geral extraordinária, que será, na forma da lei e do decidido pelos srs. acionistas, convocada para após o exercício do direito de preferência à subscrição em dinheiro ou créditos, e satisfação das demais exigências legais. O sr. presidente consultou aos senhores acionistas sobre se desejavam tratar algum outro assunto de interesse da

sociedade. Obtendo de todos a resposta negativa e nada mais havendo a tratar, o sr. presidente, após agradecer o comparecimento dos senhores acionistas, encerrou a página n. quinze (15) do livro de presença e suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, no livro próprio o que foi, por mim secretário, providenciado, e reaberta a sessão, foi a mesma ata lida e aprovada, e vai por todos os acionistas presentes assinada, dela tirando-se três cópias autênticas, datilografadas, para os fins legais. Caçador, 11 de setembro de 1962. (Ass.) Victor Kurudz, pp. Hélio Soares Pinto, Antônio Amorim Filho, Antônio Amorim Filho, Ludovico Staskowian, pp. dr. Victor de Bem Stumpf, Antônio Amorim Filho, pp. dr. Eurico Godoy Ilha, Antônio Amorim Filho, João A. Wordell. E cópia fiel do original, registrado no livro, que foi por mim, secretário, datilografada. Antônio Amorim Filho.

N. 18.011 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na 1ª via Cr\$ 2.010,00 estaduais por estampilhas para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 18 de outubro de 1962.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via e de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 3 de outubro de 1962.

Eduardo Nicolich, secretário. (4407)

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE "LAR SANTA INÊS" DE CANOINHAS

Art. 1º — A instituição, filiada à Congregação Irmãs Franciscanas Bernardinas, fundada em 28 de maio de 1958, é uma sociedade civil de beneficência social, com sede na mesma cidade de Canoinhas, Santa Catarina, da rua Senador Felipe Schmidt s/n., escolhida também com seu fôro, e terá a denominação de Juvenato "Lar Santa Inês".

Art. 5º — A sociedade será administrada por uma diretoria nomeada pela Recda. Madre Superiora da Congregação das Irmãs Franciscanas Bernardinas, de Rio Negro, cidade e município do mesmo nome, Estado do Paraná, que a representará em caso de impedimento, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Art. 6º — A diretoria será constituída por uma diretora, vice-diretora, 1ª secretária, 2ª secretária, 1ª tesoureira, 2ª tesoureira, que deliberará em qualquer época, por convocação da diretoria e por maioria de votos.

Art. 9º — A dissolução da sociedade se dará somente por deliberação da Revda. Madre Superiora da Congregação e o patrimônio então existente passará para a Congregação das Irmãs Franciscanas Bernardinas, onde estiver sediada a Casa Central.

A diretoria da dita sociedade é composta dos seguintes membros:

Madre superiora: Irmã M. Isabel Pleszczak.

Diretora: Irmã M. Cristina Oleskovicz.

Vice-diretora: Irmã M. Coleta Pleszczak.

1ª secretária: Irmã M. Leocádia Michalak.

2ª secretária: Irmã M. Angelina Benkavieski.

1ª tesoureira: Irmã M. Luisa Andreyewski.

2ª tesoureira: Irmã M. Paulina Goebert.

Reconheço verdadeiras as firmas supra e retiros, do que dou fé. Canoinhas, 22 de outubro de 1962. Em testemunho S. A. da verdade. Alcides Schumacher, escrevente juramentado. (16063)

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.

MATRIZ EM FLORIANÓPOLIS — SANTA CATARINA

Praça 15 de Novembro s. n. — Endereço telegráfico: DESENBANK

Carta Patente n. 6.977, de 14-6-1962

BALANCETE EM 5 DE OUTUBRO DE 1962

A T I V O				P A S S I V O			
A — Disponível				F — Não exigível			
Caixa:				Capital			
Em moeda corrente	5.513.602,30						300.000.000,00
Em depósito no Banco do Brasil S. A.	37.885.823,80			G — Exigível			
Em outras espécies	89.341,00	43.488.767,10		Depósitos			
B — Realizável				à vista e a curto prazo:			
Depósito em dinheiro, no Banco do Brasil, à ordem da SUMOC	4.822.620,00			de Poderes Públicos	118.248.403,50		
Empréstimos em c/ corrente	18.062.677,50			em c/c Sem Limite	29.822.256,80		
Títulos descontados	257.430.799,70			e mc/c Limitadas	656.002,00		
Correspondentes no País	1.543.242,50			em c/c Populares	3.043.498,70		
Capital a realizar	136.052.500,00			em c/c Sem Juros	6.511,00	151.781.672,00	
Outros créditos	9.008.500,00	422.097.719,70	426.920.339,70	à prazo:			
C — Imobilizado				de Poderes Públicos	40.000.000,00	40.000.000,00	
Móveis e Utensílios	20.397.323,30					191.781.672,00	
Material de expediente	2.341.920,60			Outras responsabilidades:			
Instalações	172.574,00	22.822.217,90		Correspondentes no país	75.483,60		
D — Resultados pendentes				Ordens de pagamento e outros créditos	87.770,60	163.654,20	191.945.326,20
Impostos	101.400,00			H — Resultados pendentes			
Despesas Gerais e Outras	12.140.788,20	12.242.188,20		Contas de resultados		13.528.186,70	
E — Contas de compensação				I — Contas de compensação			
Valores em garantia	39.220.157,90			Depositantes de valores em gar. e em custódia		89.220.157,90	
Títulos a receber de c/ alheia	4.236.953,50			Depositantes de títulos em cobrança:			
Outras contas	404.864.311,00	498.321.422,40		do País	4.236.953,50	4.236.953,50	
		Cr\$ 1.003.794.935,00		Outras contas	404.864.311,00	498.321.422,40	
						Cr\$ 1.003.794.935,00	

Florianópolis (SC), 5 de outubro de 1962.

Alcides Abreu, presidente.
 João José de Cupertino Medeiros, diretor.
 Alfredo Müller Júnior, técnico em contabilidade,
 reg. DEC n. 131.346, reg. CRC SC n. 2.004.

(Reproduzido por ter saído com incorreção).

BUATIM — COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS JOINVILLE S. A.**Assembleia geral extraordinária**

Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à assembleia geral extraordinária, a realizar-se na sede social, no dia 17 de novembro de 1962, às dezessete (17) horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte

- Ordem do dia**
- 1) Retificação do aumento de capital.
 - 2) Alteração do estatuto.
 - 3) Outros assuntos de interesse da sociedade.
- Joinville, 12 de outubro de 1962.
 Jorge S. Chidiac, diretor-presidente (4379)

Assembleia geral ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à assembleia geral ordinária a realizar-se na sede social, no dia 17 de novembro de 1962, às quinze (15) horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte

- Ordem do dia**
- 1) Julgamento dos documentos e

contas do exercício encerrado em 30 de junho de 1962.

- 2) Eleição do conselho fiscal.
- 3) Outros assuntos de interesse da sociedade.

NOTA: Acham-se à disposição, por trinta dias, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 1627, de 26 de setembro de 1940.
 Joinville, 10 de outubro de 1962.
 Jorge S. Chidiac, diretor-presidente (4378)

COMPANHIA COMAZZETTO DE MADEIRAS GERAIS**Assembleia geral extraordinária****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convidamos aos senhores acionistas a comparecerem à assembleia geral extraordinária a ser realizada na sede social, situada à rua Carlos Sperança, n. 23, nesta cidade, às 14 horas do dia 16 de novembro p. vindouro, para deliberarem sobre a seguinte

- Ordem do dia**
- 1º) Aumento do capital social.
 - 2º) Outros assuntos de interesse da sociedade.
- Caçador, 23 de outubro de 1962.
 Antônio Comazzetto, diretor-presidente (4376)

MADEIRAS BENEFICIADAS ITAJAI S. A.

(Em organização)

CONVOCAÇÃO**Primeira chamada**

Convido os sócios cotistas da firma Madeiras Beneficiadas Itajaí Ltda., e os demais subscritores de "Madeiras Beneficiadas Itajaí S/A, em organização, para a assembleia geral de transformação a realizar-se às nove (9) horas do dia 26 de novembro de 1962, nos escritórios da firma Madeiras Beneficiadas Itajaí Ltda., sito à rua Blumenau n. 175, nesta cidade de Itajaí, para deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

- a) Nomear (3) três peritos para fazerem a avaliação dos bens a serem incorporados à sociedade, como parte da integralização do capital, por subscritores;
- b) apreciar o laudo de avaliação apresentado pelos peritos;
- c) exame e aprovação do projeto do estatuto social;
- d) eleição da primeira diretoria que deverá administrar a sociedade;

- e) eleição do conselho fiscal e seus suplentes;
 - f) fixação dos honorários da diretoria e conselho fiscal;
 - g) transformação definitiva da sociedade por cotas de responsabilidade limitada "Madeiras Beneficiadas Itajaí Ltda." em sociedade anônima;
 - h) outros assuntos de interesses sociais.
- Itajaí, 27 de outubro de 1962.
 Júlio Odebrecht, fundador. (4449)

CERTIFICADO EXTRAVIADO

Pelo presente, comunica-se que foi extraviado o certificado de propriedade do veículo abaixo discriminado, pertencente ao sr. Valério Gomes, com as seguintes características: Tipo: Jeep Willys Overland, ano de fabricação 1960, motor n. B-035717, força 90 HP, cilindros 6, cor cinza granito, enlassador: Samarco S/A, sem reserva de domínio.

São João Batista, 24 de outubro de 1962.
 Valério Gomes
 (Firma reconhecida). (4433)

COMPANHIA FABRIL LEPPER

Ata da assembléa geral ordinária

Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e dois, pelas nove horas, reuniram-se na sede social, à rua Otto Eduardo Lepper s/n, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, os acionistas da Companhia Fabril Lepper, e, atendendo ao que dispõe o estatuto social assumiu a presidência da mesa o sr. Otto Lepper Júnior, o qual convidou a mim, João Theodoro Meinert e Hermes Gottschalk, para servirmos, respectivamente de 1º e 2º secretários. A pedido do sr. presidente, o 2º secretário procedeu a chamada dos acionistas constantes do livro de presença, ficando constatada a presença da totalidade dos acionistas, sendo então encerrado pelo sr. presidente o "livro de presença dos acionistas". A seguir, o sr. presidente, convidou o 2º secretário, para proceder em voz alta, a leitura do edital de convocação da assembléa, publicado no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições de 7.128, 7.129 e 7.130, respectivamente de 12, 13 e 14 de setembro de 1962, nos seguintes termos: "Companhia Fabril Lepper" — Assembléa geral ordinária que terá lugar dos os senhores acionistas da Companhia Fabril Lepper, para a assembléa geral ordinária que terá lugar na sede desta empresa, à rua Otto Eduardo Lepper s/n, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, às 9 horas do dia 16 de outubro de 1962, com a seguinte ordem do dia: 1º — Leitura, exame, discussão e liberação sobre o relatório da diretoria, balanço geral, contas de administração e parecer do conselho fiscal, referentes ao exercício de 1961/62. 2º — eleição do novo conselho fiscal. 3º — assuntos de interesse social. Aviso — A administração da Companhia Fabril Lepper avisa aos srs. acionistas, que os documentos referidos no art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, encontram-se à disposição dos mesmos, na sede da sociedade. Joinville, 6 de setembro de 1962. Otto Lepper Júnior, diretor-presidente; Attila Urban, diretor-vice-presidente. João Theodoro Meinert, diretor-gerente; Jorge Parucker Júnior, diretor-gerente". Constatada pela mesa que a assembléa se achava regularmente convocada e legalmente constituída, o sr. presidente deu início aos trabalhos, convidado o 2º secretário para proceder a leitura em voz alta, do relatório da diretoria, balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e demais documentos suplementares, que fazem parte integrante da prestação de contas referente ao exercício financeiro de 1961-1962, bem como do parecer do conselho fiscal, publicados no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edição de 7.138, de 26 de setembro de 1962. Ultimada a leitura dos documentos, o sr. presidente os pôs em discussão e posteriormente em votação e, recolhidos os votos, verificou-se terem sido aprovados por unanimidade de votos, abstendo-se de votação os membros da diretoria. A seguir passa-se a segunda parte da ordem do dia e, a pedido do sr. presidente, trata-se da eleição dos membros efetivos do conselho fiscal e respectivos suplentes. Terminada a votação e feito a apuração, constatou-se terem sido reeleitos, por unanimidade de votos, para membros efetivos do conselho fiscal, os srs. dr. Paulo Medeiros, Hans Lange e Germano Stein Júnior e para suplentes, os srs. Emilio Stock Júnior, Paulo Hilário Buschle e André Beck Júnior, todos residentes nesta cidade de Joinville. O sr. presidente empossou imediatamente os assim reeleitos, cujo mandato terá a duração de um ano ou seja até a realização da assembléa geral ordinária do ano de 1963. Prosseguindo nos trabalhos, passa-se ao último item da "ordem

do dia", estando em discussão as gratificações e honorários da diretoria. A convite do sr. presidente, o 2º secretário procedeu a leitura da ata da reunião da diretoria, realizada no dia 2 do corrente mês de outubro, a qual contou com a presença de todos os acionistas, em cuja reunião foi elaborada a tabela das gratificações e remuneração pro-labore da diretoria. Submetida a matéria mais uma vez a aprovação da casa, obteve aprovação unânime dos presentes, vigorando os honorários assim estabelecidos a partir de 1º de outubro de 1962 e até resolução em contrário. Pediu o sr. presidente fossem fixadas os honorários dos membros efetivos do conselho fiscal, ficando deliberado a fixação de Cr\$ 1.500,00 por ano. Continuando, o sr. presidente disse que competia a assembléa geral, a distribuição do lucro líquido apurado em balanço. Após terem sido fixado um dividendo de 6%, pagável de janeiro à junho de 1963, em prestações mensais, o restante do lucro foi destinado aos diversos fundos à critério da diretoria. Recomendou a assembléa que a diretoria, no momento oportuno, levara a convocar uma assembléa geral extraordinária, para aumentar o capital social, no mínimo em 10% (dez por cento) sobre seu valor atual, com aproveitamento dos fundos existentes. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente agradeceu a presença dos senhores acionistas e declarou encerrados os trabalhos desta assembléa, pedindo aos senhores acionistas que permanecessem no recinto até a lavratura desta ata, de que foi encarregada a funcionária, srta. Maria Bernardette Schwarz, sob orientação e ditado do sr. 1º secretário. Reaberta a sessão, lida a presente e posta em discussão, é a ata aprovada, sendo inscrita pelos membros da mesa e acionistas que o queiram fazer, após assinada também por Maria Bernardette Schwarz, encarregada da lavratura. (Ass.) Otto Lepper Júnior, presidente; João Theodoro Meinert, 1º secretário; Hermes Gottschalk, 2º secretário; Maria Bernardette Schwarz, encarregada da lavratura da ata; Otto Lepper Júnior; Ilse Lepper Urban; Attila Urban, pp. Maria Alma Lilly Lepper Fanghaenel, Herbert Fanghaenel, Herbt Fanghaenel; yva. Gretchen Lepper, por minha filha menor Edita Cristina Lepper, Gretchen Lepper, por meu filho menor, Hermann August Lepper, Gretchen Lepper, João Theodoro Meinert, Jorge Parucker Júnior. Confere com o original, lavrado no livro de atas n. 1, de páginas ns. 185 à 187 e com as assinaturas lançadas nesta página, havendo sido extraídas três cópias dactilográfadas, a serem autenticadas com as assinaturas dos 1º e 2º secretários. João Theodoro Meinert, 1º secretário, Hermes Gottschalk, 2º secretário. João Theodoro Meinert, 1º secretário. Hermes Gottschalk, 2º secretário. Reconheço verdadeiras as firmas supra de João Theodoro Meinert e Hermes Gottschalk, do que dou fé. Em test. JAR, da verdade. Joinville, 22 de outubro de 1962. O tabelião João Antônio Rodrigues. Certifico que a 1ª via do presente contrato está selada por verba fiscal talão n. 940 na importância de Cr\$ 38.400,00. Col. Federal em Joinville, 23-10-62. (Assinatura ilegível, coletor. N. 18.023 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na 1ª via Cr\$ 2.010,00 estaduais por estampilhas para arquivamento. Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 8 de novembro de 1962. O secretário: Eduardo Nieblisch. A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 8 de novembro de 1962. Eduardo Nicolich, secretário. (4458)

BALNEARIO CONVENTOS S. A., COMERCIAL E INDUSTRIAL

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos legais e atendendo ao que determina o estatuto da sociedade, vimos apresentar a vossa apreciação o balanço geral e conta lucros e perdas, e o parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício, compreendido entre 1º de janeiro de 1962 à 30 de junho do mesmo ano. Pelos documentos em questão que demonstram claramente a situação econômica e financeira da sociedade, terão os senhores acionistas os elementos necessários para julgarem os atos da diretoria, achando-se esta, entretanto, à disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem esclarecedor.

Criciúma, 27 de setembro de 1962.

Dionício Freitas, diretor-presidente.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1962

A T I V O

Disponível

Caixa e bancos 3.342.741,00

Realizável

Prestanistas de terrenos e edificações, devedores diversos, imóveis a venda, acionistas c/subscrição, almoxarifado e construções diversas 70.577.588,30

Imobilizado

Imobilizações técnicas e financeiras 32.367.525,60

Transitório

Lucros e perdas 6.373.303,30

Compensado

Contribuição compra e venda e ações caucionadas 21.696.050,00
Cr\$ 134.357.208,10

P A S S I V O

Exigível

Fornecedores, credores diversos e Bancos c/credora 5.636.547,90

Não exigível

Capital, reservas e provisões 100.343.083,30

Transitório

Imóveis vendidos 6.681.526,90

Compensado

Terrenos contratados e caução da diretoria 21.696.050,00
Cr\$ 134.357.208,10

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS

D É B I T O

Despesas administrativas, despesas tributárias, desp. c/ vendas, desp. financeiras, gastos diversos, desp. hotel, desp. boite, desp. restaurante hotel, desp. serraria, desp. agro-pecuária e desp. bar hotel 4.245.932,50

C R É D I T O

Receitas financeiras, rendas hotel e rendas boite 2.555.792,50
Lucros e perdas 1.690.140,00
Cr\$ 4.245.932,50

Criciúma, 30 de junho de 1962.

Dionício Freitas, diretor-presidente.

Silvio Silva, contador reg. CRC.SC. n. 0789

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos senhores acionistas do Balneário Conventos S. A., Comercial e Industrial:

De acordo com o artigo 127, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, a diretoria do Balneário Conventos S. A. — Comercial e Industrial, nos apresentou para parecer, os documentos prescritos nessa disposição legal, correspondente ao exercício compreendido entre 1º de janeiro e 30 de junho de 1962. Examinados os referidos documentos com livros de contabilidade e a documentação justificada, havendo, também, obtido as informações que pedimos. Baseados nesse exame, somos de opinião que o balanço geral e a conta lucros e perdas demonstram a situação financeira da sociedade em 30 de junho de 1962, e que devem ser aprovadas pela colenda assembléa geral ordinária.

Criciúma, 24 de setembro de 1962.

Francisco Bernardo Corbetta
Artur de Souza
Artur Campos

(4.441)

CONSTRUTORA CATARINENSE DE ESTRADAS S/A. — COCESA

AVISO

Subscrição Aumento Capital

Avisamos aos senhores acionistas da Construtora Catarinense de Estradas, S. A. — Cocesa — que se encontra, na sede social, à rua Marechal Deodoro, 155, sala 2, nesta Cidade, à disposição para tomada de subscrição, o Boletim de Subscrição do Aumento de Capital Social, conforme foi proposto e aprovado pela assembleia geral extraordinária de 20 do corrente mês.

Outrossim, chamamos a atenção dos senhores acionistas, para exercerem o direito de prioridade que lhes assegura a legislação vigente, na mesma proporção das ações que já são possuidores.

Lajes, 25 de outubro de 1962.

Dr. Newton Ramos, diretor-presidente.

Dr. Zeno Rizzo, diretor-superintendente.

(3-2) (4415)

Assembleia geral extraordinária

1ª CONVOCAÇÃO

Convidam-se os srs. acionistas da Construtora Catarinense de Estradas S. A. — "Cocesa", — a se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social, à rua Marechal Deodoro, 155 — Edifício Gamborgi, — sala 2, na cidade de Lajes, Estado de S. Catarina, às 14 horas do dia 10 de novembro de 1962, a fim de deliberarem sobre a efetivação do aumento de capital social aprovado na assembleia geral extraordinária de 20 do mês corrente, conforme foi proposto pela diretoria, decidindo, também, sobre a consequente reforma do estatuto.

A diretoria chama, ainda, a atenção dos srs. acionistas para o convite publicado em separado, relativamente, ao exercício do direito de prioridade que deverá ser observado para a subscrição do aumento de capital aprovado na citada assembleia geral.

Lajes, 25 de outubro de 1962.

Dr. Newton Ramos, diretor-presidente.

Dr. Zeno Rizzo, diretor-superintendente.

(3-2) (4414)

COMÉRCIO INDÚSTRIA PALUDO S/A.

Assembleia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas da firma Comércio Indústria Paludo S/A, a reunirem-se em assembleia geral ordinária, às 14 horas do dia 29 de dezembro de 1962, na sede social, à rua Nereu Ramos, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1 — Aprovação do balanço geral e conta de lucros e perdas do exercício de 1961-1962.
- 2 — Eleição da diretoria e conselho fiscal para o exercício 1962-1963.
- 3 — Fixação dos honorários da diretoria e conselho fiscal.
- 4 — Assuntos de interesse social.

Herval d'Oeste, 23 de outubro de 1962.

Iracema H. P. Prólico, diretor-comercial.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas nos escritórios da Sociedade à rua Nereu Ramos, s/n., os documentos de que trata o art. 99. do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Herval d'Oeste, 23 de outubro de 1962.

Iracema H. P. Prólico, diretor-comercial.

(3x2) (4421)

FORÇA E LUZ DE CHAPECÓ S. A.

Ata da assembleia geral extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e sessenta e dois, às 9,00 horas, atendendo as convocações regularmente feitas no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, em suas edições de 17, 18 e 19 de outubro do corrente ano, reuniu-se em assembleia geral extraordinária na sede social, a rua Marechal Deodoro s/n., nesta cidade de Chapecó, acionistas que representam mais de 2/3 (dois terços) do capital social, conforme assinaturas no livro de presença à fls. 18) dezoito. Verificado o número de acionistas suficiente para o funcionamento legal da presente assembleia, o diretor-comercial, senhor Augusto Barella, solicitou aos presentes, elegessem a mesa dirigente dos trabalhos, sendo unanimemente escolhido o senhor Paulo Pasquali, para presidir os trabalhos, o qual assumindo a presidência, convidou a mim, Aldi Berdian, para secretário. Declarando instalada a assembleia geral extraordinária, o senhor presidente, ordenou ao secretário, que procedesse a leitura do edital de convocação, o qual é de seguinte teor: Força e Luz de Chapecó S. A. Assembleia geral extraordinária. Convidamos os senhores acionistas, para reunirem-se em assembleia geral extraordinária, na sede social, a rua Marechal Deodoro s/n., às 9,00 horas do dia 31 de outubro do corrente ano, para tratar em seguida: Ordem do dia — a) Autorizar a diretoria a pleitear um financiamento junto ao B. N. D. E., assinar contratos e hipotecar bens da sociedade, em tudo o que for necessário para a realização do financiamento; b) exame e deliberação sobre a proposta da diretoria e parecer do conselho fiscal para aumentar o capital social e subsequente alteração do estatuto social; c) assuntos de interesse da sociedade. Chapecó, 11 de outubro de 1962. Augusto Barella, diretor-comercial — dr. Serafim E. Bertaso, diretor-técnico. Passando ao item (a) da ordem do dia, fizemos uso da palavra diversos acionistas, propondo aos presentes autorizarem a diretoria, pleitear um financiamento junto ao B. N. D. E., ate a importância de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), incorporando todas as condições que forem aprovadas e exigidas pela administração superior daquele estabelecimento bancário, inclusive, autorizando a diretoria a assinar qualquer contrato de penhora ou hipoteca dos bens da sociedade, que o B. N. D. E., julgar necessário à garantia do financiamento pleiteado, pois somente assim, poder-se-á, concluir as obras de construção da usina do rio Tigre. A seguir, foram os assuntos acima, postos em votação, sendo unanimemente aprovados pelos presentes. O senhor presidente, passou então, ao item (b) da ordem do dia, que trata do exame e deliberação sobre a proposta da diretoria e parecer do conselho fiscal, para aumentar o capital social e da subsequente reforma do estatuto social e solicitou ao secretário, que procedesse a leitura da proposta da diretoria e parecer do conselho fiscal, para aumentar o capital social de Cr\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros), para Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), os quais são do teor seguinte: Proposta da diretoria para aumentar o capital social. Senhores acionistas: A diretoria da Força e Luz de Chapecó

S. A., tem a subida honra de submeter à apreciação de vv. ss. a presente proposta, para aumentar o capital social e consequente reforma do estatuto social. A presente proposta, fundada na urgente necessidade de concluirmos as obras de construção da usina do rio Tigre, para que possamos dentro do menor prazo possível, solucionar o angustante problema de fornecimento de energia elétrica para esta cidade de Chapecó. A decisão de aumentarmos o capital social, é tomada também, em virtude de o financiamento solicitado ao B. N. D. E., para a conclusão das referidas obras, não ter sido ainda deliberado por aquele estabelecimento bancário e estando sujeito ha muitas delongas antes que venha ser aprovado. Pelas razões acima, vem a diretoria, propor a elevação do capital social de Cr\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros), para Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros). Os atuais acionistas, terão preferência na subscrição das ações a serem subscritas e as ações que não forem subscritas pelos atuais acionistas, serão colocadas à disposição de terceiros para serem subscritas, ate o total do aumento aqui proposto. A integralização do aumento aqui proposto, deverá ser feita total e em dinheiro e as datas em que deverão ser procedidas as chamadas para a integralização, ficarão a critério da assembleia geral, que irá aprovar o referido aumento, determinando-as como for necessário. Certos de que a presente proposta, merecerá a melhor acolhida dos senhores acionistas, subcrevemo-nos com a mais elevada estima. Chapecó, 2 de outubro de 1962. Dr. Serafim E. Bertaso, diretor-técnico — Augusto Barella, diretor-comercial. Parecer do conselho fiscal. Os abaixo-assinados, membros do conselho fiscal da Força e Luz de Chapecó S. A., tendo examinado minuciosamente a proposta da diretoria para aumentar o capital social de Cr\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros), para Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) e da consequente reforma do estatuto social, são de parecer de que a mesma merece plena e irrestrita aprovação dos senhores acionistas, pela sua inteira procedência, justiça e oportunidade. Chapecó, 6 de outubro de 1962. Plínio De Nes, João Destri e João B. Zecca. A seguir foram os documentos acima postos em discussão, usando a palavra vários acionistas, manifestando-se de acordo com a proposta da diretoria e parecer do conselho fiscal. Finalmente, foi o assunto posto em votação, tendo sido unanimemente aprovado pelos presentes. A seguir o senhor Arnaldo Mendes, usando a palavra, solicitou aos presentes, se concedesse o prazo de (60) sessenta dias, para que a diretoria, tomasse todas as medidas necessárias à subscrição do aumento proposto, convocando nova assembleia geral extraordinária, para ser verificado a efetivação do aumento do capital social, devendo sua integralização ficar a critério da diretoria. Posto este assunto em votação, foi o mesmo unanimemente aprovado pelos presentes. Passou então, o senhor presidente ao item (c) da ordem do dia, que trata de assuntos de interesse da sociedade e como nada mais houvesse a tratar e ninguém quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, da qual para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Chapecó, 31 de outubro de 1962. Assinam: Paulo Pasquali, pp. Serafim E. Bertaso,

Paulo Pasquali — pp. Jayme E. Bertaso, Paulo Pasquali — pp. Ernesto Luiz Pasquali, Paulo Pasquali — pp. Alexandre Pasquali, Paulo Pasquali — pp. Luiz Valtenor Savi, Paulo Pasquali — pp. Empresa Conjuradora Industrial Ernesto F. Bertaso S. A., Paulo Pasquali — p. Raul J. Campos, Paulo Pasquali — pp. Rodolfo Mauricio Hirsch, Paulo Pasquali — Hamilton Dal Bosco — Olaria do Sul Ltda. — Domingos Baldissera — pp. Tissiani Colombo & Cia. Ltda., Humberto De Toni — Zanin & Cia. — Rivadavea Scheffer — Prefeitura Municipal de Chapecó, João Destri (prefeito) — A. A. Industria e Comercio Chapecó, Derly C. Martins — Arnaldo Mendes — Dário Maciel — Simoletto & Zandavalli Ltda. e João B. Zecca.

N. B.: A presente, é cópia fiel do original, transcrita no livro n. 1, de reuniões extraordinárias, as fls. 37, 38, 39 e 40. Augusto Barella, diretor.

Reconheço verdadeira a firma supra de Augusto Barella, dou fé. Em test. A. C. P. da verdade. Chapecó, 1 de novembro de 1962. Ary Carvalho Pôrto, tabelião.

N. 18.035 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina em Florianópolis, 8 de novembro de 1962.

O secretário: Eduardo Nicolich. A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 8 de novembro de 1962.

Eduardo Nicolich, secretário. (4491)

MILARIO BUZZARELLO S/A COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E AGRICULTURA

Assembleia geral extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente ficam convidados os srs. acionistas desta sociedade para se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 15 de novembro de 1962, às 8 horas, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

- 1) Eleição da diretoria.
 - 2) Assuntos diversos de interesse da sociedade.
- Indiaial, 30 de outubro de 1962.

Milario Buzzarello, diretor-presidente. (4432)

CIA. MAQUINAS FAMAC

Assembleia geral extraordinária

São convidados os srs. acionistas, a se reunirem, na sede social à rua Cel. P. Gomes, 387, às 20 horas, do dia 16 de novembro de 1962, para deliberarem sobre:

Aumento do capital social, alteração estatuto, assuntos gerais. Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 1962.

Ottomar Kaesemodel, diretor. (3-2) (4448)

EXTRAVIO DE CERTIFICADO

Extraviou-se o certificado de propriedade pertencente ao sr. Afonso Hardt, referente a um Jeep Willys, ano 1961, motor n. B-1.074.529, cor cinza, seis cilindros, com 90 H. P. e demais característicos constantes do mesmo certificado, veículo esse, adquirido da Metalúrgica Timboense S. A., com reserva de domínio.

Timbó, 9 de novembro de 1962. Afonso Hardt. (Firma reconhecida). (3x1) (4406)



Diário da Justiça

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO VII

Florianópolis,

13 de novembro de 1962

NÚMERO 1.647

Tribunal de Justiça

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA:

Recurso extraordinários nos autos de mandado de segurança n. 426 da comarca de Florianópolis.

Recorrente: Procuradoria Geral do Estado.

Recorrido: Gercy Cardoso.

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Obteve Gercy Cardoso segurança para tornar sem efeito o ato do Executivo Estadual que anulou sua nomeação para o cargo de Assistente Jurídico padrão I-22, da Comissão de Energia Elétrica.

Entendeu o acórdão concessivo que a criação do aludido cargo não transgrediu qualquer preceito constitucional, não podendo, desse jeito, prevalecer o malsinado ato anulatório.

Dai o presente recurso, que admito com fundamento na letra d, do inciso III do art. 101 da Constituição Federal.

É que o apelo se justifica tendo em vista a interpretação diversa que, à espécie, outros tribunais do País, o Excelso Pretório Inclusive, têm dado, entendendo que o vício inicial de uma lei não desaparece com a sanção.

In casu, o diploma criador do cargo teria infringido o art. 32 da Constituição Catarinense, eis que onera o Tesouro a descoberto da previsão orçamentária, sem a atribuição dos recursos suficientes para o custeio das despesas. Cumpra-se o disposto no art. 287 do R. I. do Trib.

Publique-se.

Florianópolis, 29 de outubro de 1962

(Ass.) Ferreira Bastos.

Vice-presidente.

Adv.: Dr. Oryon Cardoso

Visto: Clotilde B. Mendes, Assistente da Presidência, em exercício.

Despachos

Processo n. 551, dr. Paulo Peregrino Ferreira, Juiz de Direito da Vara Criminal de Lajes, requer pagamento de gratificação. "Pague-se a importância de Cr\$ 35.416,70, de acordo com as informações. Em, 8-11-62. (Ass.) Arno Hoeschl, presidente".

Processo n. 552, dr. Osmundo Vieira Dutra, Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, requer pagamento de gratificação. "Pague-se a importância de Cr\$ 32.999,80, na forma das informações. Em, 8-11-62. (Ass.) Arno Hoeschl, presidente".

Processo n. 553, dr. Milton Cunha, Juiz Substituto da 4ª Circunscrição de Lajes, requer pagamento de gratificação e férias. "Pague-se a importância de Cr\$ 31.150,00, na forma das informações. Em, 8-11-62. (Ass.) Arno Hoeschl, presidente".

Processo n. 554, dr. José Robergo, Juiz Substituto da 10ª Circunscrição de Rio do Sul, requer pagamento de gratificação. "Pague-se a importância de Cr\$ 66.666,70, na forma dos pareceres. Em, 8-11-62. (Ass.) Arno Hoeschl, presidente".

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

Edital n. 5/62

CAMARAS CIVIS REUNIDAS

De ordem do exmo. sr. des. Osvaldo Wanderley da Nóbrega, presidente, em exercício das Câmaras Cíveis Reunidas, torno público que, na forma do disposto no art. 117, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, foi convocada uma sessão das Câmaras, para sábado, dia 17 de novembro, às 10 horas.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 9 dias do mês de novembro de 1962.

(Ass.) Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

Edital de distribuição n. 112

Faço público que na sessão da 1ª Câmara Cível, desta data, foi distribuído o seguinte processo:

Apelação cível n. 5.395, de Tangará, apte. Waldemar Henrique Grassi e apda. Rosa da Silva Fischer. Relator o sr. des. Nogueira Ramos. Advogados:

Ato n. 736

O desembargador Ivo Guilhon Pereira de Mello, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Tribunal,

RESOLVE:

Autorizar a Ariana Ariste Bebarbenchen Polli, ocupante do cargo de Oficial Judiciário, PJ-5, do Quadro da secretaria deste Tribunal, a gozar, a partir de 1º-11-1962, a 2ª parcela (2 meses), da licença especial que lhe foi concedida pelo ato n. 595, de 18 de março de 1961.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, 3 de novembro de 1962.

Ivo Guilhon Pereira de Mello, presidente.

Ato n. 737

O desembargador Ivo Guilhon Pereira de Mello, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Tribunal,

RESOLVE:

Autorizar a Maria Maura Rischter Lisboa, ocupante do cargo de Oficial Judiciário, PJ-6, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, a gozar, a partir de 1º-11-1962, a 2ª parcela (2 meses), da licença especial que lhe foi concedida pelo ato n. 618, de 23/7/1961.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, 3 de novembro de 1962.

Ivo Guilhon Pereira de Mello, presidente.

JUSTIÇA ELEITORAL

JUÍZO ELEITORAL DA 12ª ZONA

EDITAL

O doutor João Thomaz Marcondes

Drs. Cid Caesar de Almeida Pedrosa e Linésio Laus.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 8 dias do mês de novembro de 1962.

Adir Caldeira, Chefe da Seção Judiciária Cível.

Edital n. 2.576

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e dois, em sessão das Câmaras Reunidas em Tribunal Pleno, para publicação, foram apresentados os seguintes acordãos:

Recurso de mandado de segurança n. 213, de Blumenau; relator o exmo. sr. des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa. Recorrentes, dr. juiz de direito da 2ª Vara e a Prefeitura Municipal de Gaspar. Recorridos, Prefeitura Municipal de Gaspar e Valter Beduschi; "por votação unânime, negar provimento a ambos os recursos. Custas na forma da lei".

Revisão criminal n. 541, de Lajes; relator o exmo. sr. José Rocha Ferreira Bastos. Recorrente, Valdir Sgarbossa; "por maioria de votos, não conhecer da revisão por não se tratar, no caso, de processo findo. Custas pelo impetrante".

Osvaldo Fernandes, escrivão.

Edital

Para conhecimento das partes interessadas dá-se publicidade no "Diário da Justiça" do Estado, da respeitável sentença prolatada pelo exmo. sr. des. Marcellio João da Silva Medeiros, no pedido de desistência formulada pelos srs. drs. João Rupp Sobrinho e Alexandre Muniz de Queiróz, procuradores judiciais de Darcy Francisco Casagrande e Sebastião Roberto Duarte, respectivamente, nos autos de Apelação Cível n. 4.173, da comarca de Campos Novos, em que é apelado Sebastião Roberto Duarte e apelado Darcy Francisco Casagrande, cujo teor é o seguinte:

"Vistos, etc.

Homologo a desistência requerida a fls. a fim de que produza os jurídicos e legais efeitos.

Custas ex-lege.

Intime-se.

Florianópolis, 7 de novembro de 1962.

(Ass.) Marcellio João da Silva Medeiros, relator".

Florianópolis, 8 de novembro de 1962.

Osvaldo Fernandes, escrivão.

Tribunal Regional Eleitoral

de Mattos, juiz eleitoral e presidente da Junta da 12ª Zona — Florianópolis, na forma da lei, etc.

Faz saber aos interessados e aos que o presente edital virem ou dête conhecimento tiverem, que, no próximo dia 22 (vinte e dois), às 15 (quinze) horas, tendo por local a Sala de Audiências do Juizado de Menores, situado à rua Rui Barbosa nesta Capital, a Junta Eleitoral desta 12ª Zona, procederá à diplomação dos candidatos eleitos no pleito de dia 7 de outubro último e seus suplentes, à Câmara Municipal de Florianópolis, para o período 1963/1967, conforme proclamação feita em 3 de outubro próximo passado, cuja ata foi publicada. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital, que será publicado no "Diário Oficial" do Estado e demais jornais desta Capital, bem como afixado à porta dos cartões dos Juízes Eleitorais da 12ª e 13ª Zonas — Florianópolis. Eu, Humberto D'Alásio, secretário da Junta Eleitoral da 12ª Zona, que dactilografei e subscrevi. João Thomaz Marcondes de Mattos, juiz eleitoral e presidente da Junta Eleitoral da 12ª Zona.

dia após a publicação deste edital, no Gabinete do Diretor Geral, no Edifício do Tribunal Regional Eleitoral, à rua Padre Miguelinho n. 16, nesta Capital, onde se reunirá a Comissão de Concorrência, integrada pelo Diretor Geral, Diretores de Serviço e pelo Chefe desta Seção, sob a presidência do primeiro, serão recebidas propostas para fornecimento a este Tribunal, do material abaixo especificado:

Item — Unidade — Quantidade — Especificação

- 1 — uma — 6 — Tesouras, tomamho 13 cm.
- 2 — uma — 6 — Escovas p/roupa, tamanho médio.
- 3 — um — 6 — Pincéis atômicos (preto).
- 4 — um — 10 — Cestos p/papel (madeira).
- 5 — um — 10 — Grampeadores p/papel (Bates n. 543).
- 6 — dúzias — 10 — Fitas p/máquina de escrever 13 mm (2 cores).
- 7 — dúzias — 10 — Lápis bicolor.
- 8 — dúzias — 30 — Lápis preto n. 2 — Jonhan Faber.
- 9 — dúzias — 6 — Goma-arábica de 2. livro (maracanã).
- 10 — dúzias — 2 — Bobina p/gradeador (Primos-Bater).
- 11 — dúzias — 1 — Fita durex (tamanho médio).
- 12 — dúzias — 5 — Fio de algodão (rôlos).
- 13 — dúzias — 10 — Bobinas p/máquina de somar.
- 14 — dúzias — 30 — Canetas esferográficas — contador azul 78.
- 15 — dúzias — 20 — Borrachas Mercur-Prima n. 180 (lápis tinta).
- 16 — dúzias — 6 — Tinta parker Quink (vídeos).
- 17 — uma — 2 — Bobinas de papel de embrulho (Grafite fio ouro).
- 18 — resmas — 50 — Papel sulfon.

SEÇÃO DE ORÇAMENTO, PATRIMÔNIO E MATERIAL

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Concorrência Pública n. 1/62

Devidamente autorizado pelo Diretor Geral da Secretaria e, de acordo com os dispositivos do Código de Contabilidade Pública, faço público, para conhecimento dos interessados que, às 15 (quinze) horas do décimo (10º),

para mimeógrafo.

- 10 — caixas — 150 — Clips n. 2
 20 — uma — 50 — Almofadas p/carrinho tamanho n. 2 (F. J.).
 21 — uma — 10 — Almofadas p/carrinho (tamanho grande).
 22 — um — 300 — Peixe-eclair (tamanho 25 cm).
 23 — folhas — 3.000 — Papel carbonô tamanho ofício (Ibion).
 24 — folhas — 5.000 — Papel ofício timbrado (c/modêlo).
 25 — blocos — 200 — Telegrama c/100 fls. (c/modêlo).
 26 — blocos — 20 — Movimento papéis c/100 fls. (c/modêlo).
 27 — blocos — 50 — Remessa material p/Zonas (c/modêlo).
 28 — blocos — 200 — Rascunho c/100 fls. (c/modêlo).
 29 — blocos — 20 — Solicitando fornecimento material (c/mod.).
 30 — fichas — 100.000 — Fichas modelo 6.
 31 — fichas — 100.000 — Auxiliar.
 32 — folhas — 100.000 — Papel cópia amarelo c/modêlo.
 33 — folhas — 100.000 — Papel "Serviço Eleitoral" c/modêlo.

Observações:

- 1 — O material a que se refere a presente concorrência, deverá ser entregue no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral, sito à Praça Pereira Oliveira n. 4, nesta Capital;
 2 — As propostas deverão ser apresentadas em envelopes fechados, contendo no sub-escrito a indicação da concorrência a que se refere este edital;
 3 — A proposta que contiver emendas ou rasuras, para ser aceita, deverá ter as mesmas ressalvas e assinadas e não serão aceitas as propostas ilegíveis;
 4 — O concorrente cuja proposta for aceita e se recusar a fornecer o material no prazo indicado no item seguinte, perderá o direito de concorrer em Coletas e pregos ou Concorrências públicas ou administrativas, levadas a efeito por este Tribunal;
 5 — O prazo para entrega do material constante desta concorrência, será:
 a) Material que depende de impressão (dentro de 20 dias);
 b) demais artigos (dentro de 10 dias).
 6 — Os concorrentes deverão apresentar provas de haver votado nas eleições de 7 de outubro p. passado. Seção de Orçamento. Patrimônio e Material do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 25 de outubro de 1962.
 Avelino J. da Silva, Chefe da seção.
 Visto:
 Márcio Luiz Guimarães Collaço, diretor geral.
 (3x1) (4411)

Fôro da Capital

REGISTRO CIVIL**Edital**

Faço saber que pretendem casar-se: Luiz Carlos Salomé da Silva e Valda Maria Nunes, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, funcionário público federal, filho de João Sebastião da Silva e Carmélia Salomé Pereira da Silva. Ela, doméstica, filha de João Evaristo Nunes e Maura Cândida Nunes.

— Francisco Thomé de Borja Júnior, e Maria Helena Machado Vieira, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, comerciante, filho de Francisco Thomé de Borja

e Elza Lehmkuhl Borja. Ela, doméstica, filha de Antônio Machado Vieira e Lúcia Kincezski Vieira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Trindade, 6 de novembro de 1962.

Acclon Pacheco da Costa, oficial. (4436)

Juizados do Interior

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJAÍ

Edital de citação

O doutor Osmundo Vieira Dutra, juiz de direito da Segunda Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc. z

Faz saber, a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Marcos Castellain, por intermédio de seu procurador dr. Felix Fôes, foi requerida ação de usucapião de um imóvel situado no município de Ilhota, nesta comarca, na Estrada da Boa Vista, possuindo as seguintes medidas e confrontações: Área de 29.130,00 metros quadrados; frente na Estrada Boa Vista, onde mede 55 m. e com a mesma medida ao sul (fundos), estremando com terras de João Domingos Pereira; estrema do lado leste com terras do requerente, onde mede 530 metros e a mesma medida ao oeste, com terras devolutas ou a quem de direito. Proferida a justificação, foi a seguir julgada procedente por sentença. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente, que será afixado no lugar de costume, e publicado por três (3) vezes no jornal do "Povo", local e uma vez no "Diário Oficial" do Estado. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos vinte e sete (27) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e dois (1962). Eu, (a.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz datilografar e subscrevi. (a.) Osmundo Vieira Dutra. Confere com o original. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz datilografar e subscrevi. Hélio Mário Guerreiro, escrivão. (4402)

Edital de citação

O doutor Osmundo Vieira Dutra, juiz de direito da Segunda Vara em exercício na Primeira Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber, a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Miguel Marciano Ferreira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta comarca, por seu assistente judiciário, foi requerida ação de usucapião de um imóvel situado no município de Penha, no lugar Gravatá, possuindo as seguintes características e confrontações: Área de 11.616,00 m2, fazendo frente na Estrada do Gravatá onde mede 24,20 m.; fundos, com 90,20, que estrema com terras de Emogênio Aparício ao oeste; estrema ao sul com terras do requerente, onde mede 220 metros, e com terras de Antônio Flôr, onde mede 140 m.; estrema ao norte com terras de

herdeiros de Marciano Ferreira, onde mede 316 m., formando em seguida um ângulo reto em direção sul-norte onde mede 66 metros, formando novamente outro ângulo reto, em direção leste-oeste, onde mede 44 m. Proferida a justificação, foi em seguida julgada procedente por sentença. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente, que será publicado por três (3) vezes no jornal do "Povo", local e uma (1) vez no "Diário da Justiça" do Estado, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e dois (1962). Eu, (a.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz datilografar e subscrevi. (a.) Osmundo Vieira Dutra. Confere com o original. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz datilografar e subscrevi. Hélio Mário Guerreiro, escrivão. (4403)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ARARANGUÁ

Edital de citação

O doutor Celso Gomes de Castro, juiz de direito da comarca de Araranguá, sede da comarca de igual nome, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de trinta (30) dias, (expedido nos autos números 2.241, de ação de usucapião, requerida por Jayme José Costa e sua mulher que se processa perante este Juízo e Cartório dos Feitos da Fazenda e anexos), que por parte dos autores acima mencionados lhes foi dirigida a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Araranguá, Jayme José Costa e sua mulher, brasileiros, casados, respectivamente, lavrador e doméstica, residente e domiciliada na localidade de Sanga do Viado, vem dizer a v. excia., que há mais de 20 anos, por si, seus antecessores, são senhores e possuidores, mansa e pacificamente, sem qualquer interrupção de uma área de terras situada na localidade de Sanga do Viado, neste distrito município e comarca, com a superfície aproximada de 73.390 mts2 (setenta e três mil trezentos e noventa metros quadrados), dentro das seguintes confrontações: Frente, na estrada federal BR-59; fundos no Travessão da Sanga do Viado, em terras de José Manoel Emídio; sul e norte, estremando com propriedade do mesmo confrontante José Manoel Emídio; que na área acima, os requerentes vem há longos anos, plantando mandioca, milho e outras lavouras, como se realmente sobre a dita área de terras possuíse o respectivo domínio. Como lhe falta o domínio jurídico sobre a mencionada área o quer obtê-lo pela forma usucapitória, com base em lei; eis porque, requerem a v. excia., seja feita uma justificação "iníto litis", com as testemunhas abaixo nomeadas que comparecerão independentemente de intimação, para que, em dia, hora e local, previamente designados, possam provar o arguido, prosseguindo-se no feito a seguir.

Realizada a justificação, requerem a expedição de mandados e editais de citação, respectivamente ao dr. Promotor Público, ao confrontante do terreno e sua mulher e os interessados incertos e não nãbidos, a fim de, tomando conhecimento, caso o queiram contestem o feito. Outrossim, pedem-se também seja expedida carta precatória citatória ao Serviço do Patrimônio da União na pessoa de seus respectivo Delegado

com forum na Capital do Estado, para também querendo, contestar o presente requerimento, na forma e sob as penas da lei. Assim não sendo contestado o feito ou contestado este, julgados os artigos de contestação improcedentes, seja reconhecido por v. excia., e declarado por sentença, o domínio dos AA. sobre a gleba pretendida, transcrevendo-se a respectiva sentença no livro de Transcrição de Imóveis no Cartório competente, tudo, para os devidos fins e efeitos. Protestam por reinvigilâncias de testemunhas, depoimento pessoal de qualquer contestante, provas periciais, outras testemunhas peritos e mais que necessários for. Dando-se à mesma o valor de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros) para efeitos meramente fiscais. P. deferimento. Araranguá, 31 de agosto de 1962. (a.) Arno Duarte, advogado. Testemunhas: José Manoel Emídio, Manoel Bento Machado e Feliciano José, todos nesta comarca residentes. (Em cuja petição foi exarado o seguinte despacho) A. Designe o sr. escrivão dia e hora para ter lugar a justificação prévia. Façam-se as necessárias intimações. Araranguá, 31-8-62. (a.) Celso Gomes de Castro, juiz de direito. Sentença que julgou a justificação prévia: Vistos, etc... Julgo como boa e valiosa, por sentença a justificação de folhas 7 e 8 verso, dos presentes autos, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Decorrido o prazo de recurso, exija o sr. escrivão o depósito prévio de quantia suficiente para o custeio das publicações de editais e cumprimento precatória, os quais deverão serem expedidos em seguida, citando-se por mandado os interessados certos, por editais os incertos e por precatório o Domínio da União. O dr. Promotor Público deverá ser citado por mandado. Custas legais. P. R. l. Araranguá, 20 de setembro de 1962. (a.) Celso Gomes de Castro, juiz de direito. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, e, por cópias, publicados por uma vez no "Diário da Justiça", e por três (3) vezes no jornal "Correio de Araranguá", que se edita nesta cidade. Dado e passado o presente edital, com o prazo de trinta (30) dias, nesta cidade de Araranguá aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e dois (22-10-1962). Eu, João Kries Campos, escrivão, em exercício, que o datilografei e subscrevi. Celso Gomes de Castro, juiz de direito. (4351)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE JOINVILLE

Edital de citação

O doutor Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz, juiz de direito da Segunda Vara da comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias virem, interessar possa ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Maria Dias, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: Meritíssimo senhor doutor juiz de direito da Segunda Vara desta comarca, Maria Dias, brasileira, casada, do lar domiciliada e residente nesta cidade à rua Caçapava s. n., por seu assistente judiciário adiante assinado, tendo em vista a defesa de seus direitos e interesses vem expor a v. excia. o seguinte: 1 — Que é casada com José Dias, brasileiro, de

profissão e domicílio atualmente ignorados; conforme faz prova a inclusa certidão de casamento. 2 — Que o casal possui dois filhos: Maria Eunice Dias, nascida em 28-6-58 e Ivo Raulino Dias, nascido em 18-7-48. 3 — Que o marido da suplicante abandonou o lar conjugal há mais de dois anos, estando em lugar incerto e não sabido. Nestas condições, com fundamento no artigo 317 inciso IV do Código Civil, vem propor, como proposto tem, a presente ação ordinária de desquite, requerendo se digne v. exa. mandar citar o suplicado, na forma da lei, para contestar, querendo a presente ação, sob pena de revelia, para afinal ser condenado com o conjugue culpado, nas cominações legais, inclusive perda do pátrio poder quanto aos filhos e pensão alimentícia à estes e à suplicante, além das custas do processado e honorários de advogado. Para provar o alegado protesta pela produção de todo o gênero de provas em direito permitidas e dando-se à esta o valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), aos efeitos de alçada, pede e espera receber deferimento. Joinville, 18 de julho de 1962. (a.) Evi A. Varela, assistente judiciário. Certidão: Certifico que foi designado o próximo dia 13 de dezembro de 1962, para ter lugar no Fórum local, a audiência de reconciliação ordenada pelo despacho retro. Joinville, 26 de outubro de 1962. O escrivão. (a.) Rodrigo de Oliveira Lobo. E em virtude da petição e certidão acima transcritas, cita, chama e convoca, pelo prazo de (30) dias contados da primeira e única publicação deste no "Diário da Justiça" do Estado, ao sr. José Dias e àqueles interessados incertos e desconhecidos, para comparecer a audiência acima indicada e contestar a presente ação, assim como acompanhar a mesma, até final sentença, sob pena de revelia, ficando ainda ciente que as audiências deste Juízo são realizadas todos os dias úteis a partir das 14 horas, no Edifício do Fórum, na rua Princesa Isabel n. 87. Dado e passado nesta cidade de Joinville, aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1962. Eu, (a.) Rodrigo O. Lobo escrivão o subscrevi. (a.) Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz, juiz de direito da Segunda Vara. Conferi com o original ao qual me reporto e dou fé. O escrivão: **Rodrigo O. Lobo.** (16158)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CHAPECÓ

Edital

O doutor Márcio Souza Batista da Silva, juiz Substituto da 13ª. Circunscrição Judiciária, no exercício pleno do cargo de juiz de direito da comarca de Chapecó, na forma da lei.

Faz saber aos que o presente edital de praça virem, dêle conhecimento tiverem, ou interessar possa, que no dia dezessete de novembro fluente às dez horas, no edifício da Prefeitura Municipal de Chapecó onde funciona o Fórum, o porteiro dos auditórios, em cumprimento ao respeitável despacho do M. M. dr. Juiz, que transferiu a data da praça, que oeveria ter sido realizada, consoante edital publicado no "Diário da Justiça" sob n. 7.149, levará à pública preção de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance oferecer, acima do preço da avaliação, de um milhão de cruzeiros, o automóvel Chevrolet, ano de fabricação 1958, motor sob número F58T179359, devidamente matriculado na diretoria do serviço de Trânsito em São Paulo, na conformidade

do certificado de propriedade de n. 2.908, depositado nas oficinas da Irmã Automóveis e Máquinas Ltda., nesta cidade, e que fôra apreendido pelo sr. Agente Fiscal de Chapecó, em poder do sr. João Alves de Mello, consoante precatória deprecada pelo juízo de direito da Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Florianópolis, expedida nos autos de ação de reintegração de posse sob n. 2.798, daquela comarca. E quem o quiser arrematar, deverá comparecer no lugar, dia e hora acima mencionados, sendo ele entregue a quem mais der e maior lance oferecer acima da avaliação aludida, depois de pagos ao ato o preço e as custas de arrematação. O presente edital será afixado e publicado de acordo com a lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Chapecó, aos vinte e dois dias do mês de outubro de 1962. Eu, D. Maciel, escrivão, datilografei e subscrevi. (Assinado) **Márcio S. Batista da Silva**, juiz Substituto em exercício. (4493)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TIJUCAS

Edital de citação, com o prazo de trinta dias, de interessados ausentes, incertos e desconhecidos

O doutor Abelardo da Costa Arantes, Juiz de Direito da comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de Juvenal Antero Batista e sua mulher Paula Montibeler Batista, lavradores, residentes em Itapema, foi requerida uma ação de usucapião para aquisição do domínio do seguinte imóvel: "Um terreno no lugar Morretes, município de Itapema, com as seguintes medidas e confrontações: Duzentos e dezesseis (216) metros de frente que fazem ao sul em terras de herdeiros de Francisco Batista, por um mil e cem (1.100) metros de fundos que fazem ao norte em terras de Florenço Izidório, extrema a Leste com terras de Rita Rosa Batista e a oeste com quem de direito fôr. Feita a justificação de posse foi a mesma julgada procedente por sentença. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Tijucas, aos dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e dois. Eu, (a.) Gercy dos Anjos, escrivão, o datilografei, conferi e subscrevi. Isento de selos por se tratar de Assistência Judiciária. (a.) Abelardo da Costa Arantes, Juiz de Direito. Está conforme o original afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, sobre o que me reporto e dou fé. Data supra. O escrivão: **Gercy dos Anjos** (16086)

Edital de citação, com o prazo de trinta dias, de interessados ausentes, incertos e desconhecidos

O doutor Abelardo da Costa Arantes, Juiz de Direito da comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc. Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de Joaquim Cândido de Souza, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado no lugar Fernandes, município de São João Batista, desta comarca, foi requerida uma ação de usucapião para aquisição

do domínio do seguinte imóvel: "Um terreno situado no lugar Fernandes, medindo noventa e quatro (94) metros de frente, por um mil (1.000) metros de fundos, com a área de 94.000 metros quadrados, cortada de leste a oeste por uma estrada municipal, com as seguintes confrontações: Frente para o norte com terras de Pedro Steil; fundos para o sul com terras de Alvim; ao oeste com terras de Lúcio Vitor Farias e a leste com terras de Júlio Joaquim de Souza". Feita a justificação de posse foi a mesma julgada procedente por sentença. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Tijucas, aos dez dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e dois. Eu, (a.) Gercy dos Anjos, escrivão, o datilografei, conferi e subscrevi. Isento de selos por se tratar de Assistência Judiciária. (a.) Abelardo da Costa, Juiz de Direito. Está conforme o original afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, sobre o que me reporto e dou fé. Data supra. O escrivão: **Gercy dos Anjos.** (16087)

Edital de citação, com o prazo de trinta dias, de interessados ausentes, incertos e desconhecidos

O doutor Abelardo da Costa Arantes, Juiz de Direito da comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc. Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de Juvenal Fraga, brasileiro, lavrador, solteiro, residente no lugar Kreker, município de São João Batista, foi requerida uma ação de usucapião para aquisição do domínio dos seguintes imóveis: "Um terreno rural, situado no lugar Kreker, município de São João Batista, desta comarca, com 60 metros de frente e 350 ditos de fundos, ou sejam 21.000 metros quadrados, fazendo frente a oeste no Ribeirão do Kreker e fundos a leste na Estrada do Kreker; extremado ao norte em terras de Manoel Cunha e ao sul em terras de Francisco Leonardo de Oliveira. Outro terreno, no mesmo lugar, com 107 metros de frentes e 1.500 ditos de fundos, ou sejam 159.500 metros quadrados, fazendo frentes em terras de Bepe Manara e fundos em ditos de Manoel Cirilo Marcos; extremado a leste em terras de Agenor Ramos e a oeste em terras de Augusto Sotopietra. Feita a justificação de posse foi a mesma julgada procedente por sentença. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Tijucas, aos quinze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e dois. Eu, (a.) Gercy dos Anjos, escrivão, o datilografei, conferi e subscrevi. Isento de selos por se tratar de Assistência Judiciária. (a.) Abelardo da Costa Arantes, Juiz de Direito. Está conforme o original afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, sobre o que me reporto e dou fé. Data supra. O escrivão: **Gercy dos Anjos** (16085)

Edital de citação

O doutor Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito da comarca de

Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, com o prazo de trinta dias, que por parte de Manoel Baltazar Pinto e sua mulher, lavradores, residentes em Tigipi, município de São João Batista, foi requerida uma ação de usucapião para aquisição do domínio do seguinte imóvel: Um terreno no lugar Águas Fria, distrito de Tigipi, município de São João Batista, com as seguintes medidas e confrontações: 162,80 m. de frente que fazem ao norte no Ribeirão das Águas Fria, ou seja, nos fundos das terras pertencentes a Estevão Zóximo do Nascimento, por 2.200 metros de fundos que fazem ao sul em terras de Feliciano Antônio Peixer; estrema a leste em terras do requerente e a oeste em ditos de herdeiros de José João Wisentainer, perfazendo uma área aproximada de 358.160 m. q. Feita a justificação de posse foi a mesma julgada procedente por sentença. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Tijucas, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e dois. Eu, (a.) Gercy dos Anjos, escrivão, o datilografei, conferi e subscrevi. Isento de selos por se tratar de Assistência Judiciária. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. Está conforme o original afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, sobre o que me reporto e dou fé. Data supra. O escrivão: **Gercy dos Anjos.** (16155)

Edital de citação

O doutor Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito da comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação, com o prazo de trinta dias, virem ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de Pedro Manoel Aragão, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Canelinha, neste município e comarca, foi requerida uma ação de usucapião para aquisição do domínio do seguinte imóvel: Um terreno situado no lugar São Bento, distrito de Canelinha, município e comarca de Tijucas, contendo 160 (cento e sessenta) metros, com igual metragem nos fundos e 80 (oitocentos e oitenta) metros de extensão, com área total de 40.800 mts.2, tendo as seguintes confrontações: frente com Apolário Jorge; oeste com Antônio Manoel Reis; leste com terras do requerente e fundos com quem de direito. Feita a justificação de posse foi a mesma julgada procedente por sentença. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Tijucas, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e dois. Eu, (a.) Gercy dos Anjos, escrivão, o datilografei, conferi e subscrevi. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. Está conforme o original afixado na sede deste

Juízo, no lugar do costume, sobre o que me reporto e dou fé. Data supra. O escrivão: **Gercy dos Anjos.** (4397)

HABEAS-CORPUS N. 3.124, DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS.

Relator: Des. Adão Bernardes.

HABEAS-CORPUS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO. CONCESSÃO DA ORDEM. APLICAÇÃO DO ART. 108, INCISO IVº, COMBINADO COM O ART. 109, INCISO VIº, REFERÊNCIA FEITA AO ART. 9º, INCISO VIIIº, DA LEI N. 1.521, DE 26-12-51.

É de ser decretada, mediante concessão da ordem, a extinção da punibilidade pela prescrição, uma vez que, envolvida a paciente em procedimento contravençional com base no art. 9º, item VIII, da Lei n. 1.521, de 26-12-51, decorridos sejam dois anos da data da Portaria que o instaure, sem que o processo haja atingido sua fase final de julgamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de "habeas-corpus", n. 3.123, de Florianópolis, em que é impetrante — o solicitador ROBERTO HESKETT PEDROSO e paciente — EMÍLIA JORGE RIBEIRO:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por votação unânime e de acordo com o parecer verbal do Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, conceder a ordem para julgar extinta a punibilidade pela prescrição. Sem custas.

I — Tendo sido envolvida em procedimento contravençional com base no art. 9º, item VIII da Lei n. 1.521, de 26-12-51 e, como decorridos dois anos da data da portaria judicial que o instaurou, não haja ainda o processo atingido sua fase final de julgamento, surge a paciente EMÍLIA JORGE RIBEIRO, por intermédio do solicitador ROBERTO HESKETT PEDROSO, com o pedido de "habeas-corpus" de fls. 2, visando a decretação da extinção da punibilidade, pela ocorrência da prescrição.

II — Simples confronto de datas autorizam a concessão da ordem; a paciente teria infringido o dispositivo legal acima enunciado no decorrer do mês de fevereiro de 58; em 14 de abril desse mesmo ano, foi interrompida a marcha prescricional com a expedição da "Portaria" judicial, determinando a instauração do procedimento. Morosidade extrema presidiu o andamento do feito, a ponto de, só em data de 18-2-60, ter sido designado dia para a oitiva da 2ª testemunha arrolada na Portaria, ou seja: 8-6-60, data em que, já de há muito, haviam decorrido os dois anos da lei, necessários à ocorrência da prescrição, nos precisos termos do art. 108, inciso IV, combinado com o art. 109, inciso VI, do Cód. Penal, referência feita ao art. 9º, inciso VIII da Lei n. 1.521, de 26-12-51. Daí, a concessão da ordem, para o fim de início mencionado.

Florianópolis, 8 de junho de 1960.

Arno Hoeschl, Presidente, para o acórdão. Adão Bernardes, Relator. Vitor Lima. Eugenio Trompowsky Taulois Filho. Ferreira Bastos. Hercílio Medeiros. Osmundo Nóbrega. Maurillo Coimbra. Belisário Costa.

Fui presente: Paulo H. Blasi.

Presidiu ao julgamento o exmo. sr. des. Alves Pedrosa e foram votos vencedores, os dos exmos. srs. des. Ivo Guilhon e Arno Hoeschl.

Data supra.

Adão Bernardes.

— x —

MANDADO DE SEGURANÇA N. 438, DE FLORIANÓPOLIS.

Relator: Des. Osmundo Nóbrega.

Mandado de segurança. Funcionário público. Disponibilidade. Vencimentos. Impropriedade do mandado de

segurança para a cobrança dos atrasados.

— Extinto o cargo, ficará o funcionário público em disponibilidade com os vencimentos integrais.

— O mandado de segurança não é o remédio judicial próprio para a cobrança de vencimentos atrasados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de mandado de segurança n. 438, da comarca de Florianópolis, em que é impetrante Sinésio Duarte e impetrada a Mesa da Assembléia Legislativa:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, conceder a segurança, para assegurar ao impetrante a disponibilidade com os vencimentos integrais do cargo. Custas na forma da lei.

O impetrante ocupava, no Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, o cargo de Chefe de Seção, Padrão 17-A1, com o vencimento mensal de Cr\$ 23.000,00.

O cargo foi extinto, por desnecessário, pela Resolução n. 167/61, de 7 de junho de 1961, do Poder Legislativo. Diante disso, foi o impetrante posto em disponibilidade, com o vencimento de Cr\$ 17.453,00, por mês, proporcional ao tempo de serviço, — 15 anos, 5 meses e 7 dias, — de conformidade com o art. 234 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, alterado pela Lei n. 2.630, de 27 de abril de 1961.

No presente mandado de segurança pleiteia o impetrante lhe seja assegurada a disponibilidade com os vencimentos integrais, com a restituição das quantias descontadas, a partir de 1º de julho de 1961.

Tem razão o impetrante, quando reclama o vencimento da atividade. Extinto o cargo, ficará o funcionário público em disponibilidade com vencimentos integrais e não apenas proporcionais ao tempo de serviço, como sustenta a douda Mesa da Assembléia Legislativa, por seu Presidente. Essa é a interpretação que a doutrina e a jurisprudência dominantes, inclusive do Supremo Tribunal Federal, dão ao art. 189, parágrafo único, da Constituição Federal, reproduzido no art. 191, parágrafo único, da Constituição do Estado, inalteráveis como é óbvio, pela legislação ordinária.

Quanto ao pagamento das quantias descontadas a partir de 1º de julho do corrente ano, o pedido não merece acolhimento, porque não é o mandado de segurança o remédio judiciário próprio para a cobrança de vencimentos atrasados.

Florianópolis, 22 de novembro de 1961.

Alves Pedrosa, Presidente. Osmundo Nóbrega, Relator. Arne Hoeschl. Ivo Guillhon. B. Costa. José do Patrocínio Gallotti. Vitor Lima. Eugênio Trompowsky Taulois Filho. Cerqueira Cintra. Ary Pereira Oliveira. Ferreira Bastos.

Ciente: João Carlos Ramos.

— x —

RECURSO DE MANDADO DE SEGURANÇA N. 219, DA COMARCA DE TIJUCAS.

Relator: Des. Adão Bernardes.

MANDADO DE SEGURANÇA (recurso de). EXERCÍCIO PROLONGADO DE CARGO SEM COMPROMISSO LEGAL. CONSEQUÊNCIAS.

A falta de compromisso legal para cargo, cujo exercício sendo satisfeito por dilatado espaço de tempo, não autoriza, só por si, tornar sem efeito o decreto de nomeação do respectivo funcionário.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Mandado de Segurança, n. 219, da comarca de TIJUCAS, em que são recorrentes — o dr. Juiz de Direito "ex-officio" e a Prefeitura Municipal e recorrido — PARAGUASSU FURTADO:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por votação unânime com

o parecer do Exmo. Dr. Procurador do Estado, conhecer do recurso necessário e negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida, deixando de conhecer do recurso interposto pela Prefeitura Municipal. Custas, na forma da lei.

Assim decidem, quanto ao conhecimento dos recursos, porque, relativamente ao interposto pela Prefeitura Municipal, está o mesmo firmado pelo próprio Prefeito, contrariamente ao que dispõe o art. 106 do Cód. do Proc. Civil, segundo o qual, o ingresso das partes em Juízo requer, além da capacidade legal, a outorga de mandato escrito a advogado legalmente constituído.

Quanto ao mérito, trata-se de segurança requerida, na primeira instância, contra ato de Prefeito que tornou sem efeito, em 1961, nomeação para cargo público, municipal, datada de 1958, por não ter o nomeado prestado o compromisso legal.

Ora, o exercício do cargo, com percepção de vencimentos, por tão dilatado tempo, convalidou qualquer irregularidade resultante da omissão em referência. O compromisso corresponde a uma declaração solene, por parte do funcionário, de que passará a exercer o cargo com lealdade e honra. Sem essa declaração, no prazo legal, o funcionário não será admitido a exercer o cargo, mas, se a administração permitir que ele exerça, efetivamente, as suas funções, pagando-lhe normalmente os vencimentos e garantindo-lhe todas as vantagens inerentes ao cargo e isso, por três longos anos, claro que não mais cogitará de compromisso, por haver se tornado matéria preclusa.

Florianópolis, 2 de maio de 1962.

Arno Hoeschl, Presidente. Adão Bernardes, Relator. Vitor Lima, Marcílio Medeiros. Eugênio Trompowsky T. Filho. João M. de Mattos. Euclides de Cerqueira Cintra. Osmundo Nóbrega. Ivo Guilhon.

Ciente: Milton da Costa.

Esteve presente ao julgamento o Exmo. Sr. Des. Ary Pereira Oliveira.

Data supra.

Adão Bernardes.

—x—

HABEAS-CORPUS N. 3.490, DA COMARCA DE LAJES.

Relator: Des. Marcílio João Da Silva Medeiros.

Habeas-corpus. Cerceamento de defesa. Ordem concedida.

Nos processos por crime de responsabilidade, a omissão da providência estatuida no art. 514, do Código de Processo Penal, em se tratando de infração afiançável, constitui nulidade, como tal devendo ser decretada quando argüido tempestivamente.

A requisição de soldado da Polícia Militar destacado em Município do interior, a fim de se ver processar criminalmente, deve ser dirigida ao Comando Geral e não ao Delegado de Polícia do Município onde serve.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas-corpus n. 3.490, da comarca de Lajes, em que é impetrante o Dr. Hélio Ramos Vieira e paciente Saul Godoy dos Santos:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por votação unânime, conhecer do pedido e conceder a ordem, para anular o feito a partir da denúncia, exclusive. Sem custas.

Assim decidem porque o processo a que responde o paciente, denunciado como incurso nos arts. 322 e 129, ambos do Código Penal, infrações que teria praticado como soldado do destacamento policial sediado no município de Lajes, acha-se visceralmente nulo, eis que não seguiu o rito especial previsto nos arts. 513 e seguintes, da lei adjetiva. O crime de violência arbitrária impunha, in casu, o processamento feito pela forma específica estabelecida para os crimes de responsabilidade. E, nessa conformidade, como ambas as infrações

são afiançáveis, devia o juiz, antes de receber a denúncia, ordenar a notificação do acusado, para responder por escrito no prazo de quinze dias. Tal formalidade, todavia, foi omitida, o que importou, evidentemente, em cerceamento de defesa, tanto mais que a resposta do acusado, se lhe tivesse sido proporcionado oferecê-la, podia até, em princípio, autorizar a rejeição da denúncia (Art. 516). Inaceitável o argumento de que a nulidade, pois de nulidade se trata, foi arguida intempestivamente: a alegação foi feita no prazo do art. 499, quando o paciente até nas alegações finais poderia argui-la. O não pronunciamento da nulidade importaria, virtualmente, em fazer "tabula rasa" de expressa disposição de lei que assegura uma fase preliminar de defesa nos crimes funcionais.

Cumprido, outrossim, ressaltar que a requisição do paciente para o interrogatório e termos posteriores do processo foi dirigida ao Dr. Delegado Regional, quando o certo é que o fosse ao Comando Geral da Polícia Militar. O destacamento policial, embora à disposição do Delegado de Polícia, com relação ao serviço estritamente policial, permanece no entanto subordinado administrativa e disciplinarmente ao Comando Geral. A apresentação do miliciano em Juízo não era assunto de âmbito policial.

Observam, finalmente, à guisa de instrução, que do ofício requisitório não ficou cópia nos autos, o que representa manifesta irregularidade, pois é preciso que fique constando no processo, em que termos foi feita a requisição. Tampouco os autos esclarecem se o ofício chegou às mãos da autoridade policial, não se sabendo assim se a requisição realmente se concretizou.

Devolvam-se os autos apensados, com uma cópia do presente acórdão.

Florianópolis, 4 de abril de 1962.

Arno Hoeschl, Presidente. Marcellio Medeiros, Relator. Miranda Ramos. Eugênio T. Taulois Filho. João M. de Mattos. Euclides de Cerqueira Cintra. Ary Pereira Oliveira. Osmundo Nóbrega. Ivo Guílhon. Vitor Lima.

Ciente: Milton da Costa.

—X—

HABEAS-CORPUS, N. 3.103, DA COMARCA DE URUSSANGA.

Relator: Des. Adão Bernardes.

HABEAS-CORPUS. CRIME DE SEDUÇÃO. COMPETÊNCIA DE FÓRO DETERMINADA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO. APLICAÇÃO DOS ARTS. 70 e 564, INC. 1º, DO CÓD. DO PROCESSO PENAL.

A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, relacionando, por outro lado, a lei, a incompetência do Juiz, como um dos motivos de nulidade do processo.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de "Habeas-Corpus", n. 3.103, da Comarca de URUSSANGA, em que é impetrante JUCI ARAÚJO MELLO e paciente — Zalmir GABRIEL DAL PONTE:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, conceder a ordem, sem prejuízo da renovação da ação perante o Juízo competente. Sem custas.

I — ZALMIR DAL PONTE foi denunciado perante o Juízo de Direito da Comarca de URUSSANGA, como incurso na sanção do art. 217 do Cód. Penal, por ter seduzido a menor ZENIR INOCÊNCIO, ocorrendo a conjunção carnal na cidade de CRICIÚMA.

II — A denúncia esteia-se na representação da mãe da ofendida, de nome NELBINA BARBOSA INOCÊNCIA, cuja assinatura não está autenticada, achando-se também instruída com o auto de exame de defloramento, nele faltando o preenchimento dos claros destinados ao preâmbulo, não contendo, outrossim, data nem as assinaturas do Escrivão do feito e do segurado perito.

III — Veiu, então, o paciente, com o pedido de "habeas-corpus" de fls. 2, firmado por JUCI ARAÚJO MELLO, alegando constrangimento ilegal resultante de processo visceralmente nulo, por ter sido instaurado com base em representação destituída de autenticidade e perante Juiz incompetente, além do que, a denúncia se baseia em auto de exame de nenhuma valia, dados os defeitos que contém.

IV — Dos motivos invocados, um — o da incompetência de foro, torna viável o pedido, com dispensa do exame e apreciação das demais arguições. De feito, a denúncia, narrando o fato, dá a cidade de CRICIÚMA como o lugar onde o paciente teria consumado o crime. Ora, diz o art. 70 do Cód. do Proc. Penal:

"A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração... não estando o caso dos autos incluído entre aquelas hipóteses previstas nos artigos 71 e 83 do mesmo Código, em que a competência se firma pela prevenção. Por outro lado, o art. 564, Inc. 1º, ainda desse mesmo Estatuto, relaciona a incompetência do Juiz como um dos motivos de nulidade do processo, não podendo, assim, a ordem, deixar de ser concedida.

V — Desapensados, voltem os autos originais à Comarca de origem, com cópia do presente acórdão.

Florianópolis, 27 de abril de 1960.

Alves Pedrosa, Presidente. Adão Bernardes, Relator. Eugênio Frompowsky Taulois Filho. Ferreira Bastos. Hercílio Medeiros. Osvaldo Nóbrega. Arno Hoeschl. Maurillo Coimbra. Ivo Guilhon. Benedito Costa.

Fui presente: Paulo Henrique Elasi.

—X—

MABEAS-CORPUS N. 3.415, DA COMARCA DE SÃO JOAQUIM.

Relator: Des. Ivo Guilhon Pereira de Mello.

Habeas-corpus. Extravio de autos. Falta de sentença. Intimação para apelar. Ordem denegada.

— Para que seja o réu intimado da sentença é preciso que se apresente à prisão.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas-corpus n. 3.415, da Comarca de São Joaquim, em que é impetrante o Dr. Ilse Camargo da Costa e paciente Antônio Camargo de Mattos, vulgo "Tônico Carula".

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, funcionando em férias, por unanimidade de votos, consoante parecer verbal do Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, denegar a ordem impetrada.

— O paciente, condenado a 5 anos na Comarca de São Joaquim, foi preso em Curitiba, tendo fugido da prisão.

— Alega que sofre constrangimento ilegal, porque os autos foram extravaviados e ele não pode apelar, porque o simples registro da carta de sentença não autoriza a intimação, conforme decisão do Egrégio T. J. (Jurisprudência — 1957, p. 40).

— O que o Tribunal decidiu foi sobre a forma de intimação da sentença condenatória a réu preso, cujo ciente no livro de registro não produz efeitos.

Concedeu a ordem para isso, mas o réu continuou preso.

A respeito do artigo 548, o que diz Câmara Leal é que durante a resutação dos autos, prevalecerá em seus efeitos a sentença condenatória, cujo teor conste da carta de guia ou registro existente no presídio ou no Juízo.

— Antes de transitar em julgado a sentença é exequível quando condenatória para o efeito de sujeitar o réu à prisão.

— No caso como informa o Juiz, há transcrição da sentença condenatória, existindo mandado de prisão para captura.

— Entretanto, diverge aqui o caso.

Ele entende que não pode apelar, porque não foi intimado, daí o constrangimento. Mas, para que seja intimado é preciso que se

apresente à prisão, para que tenha conhecimento da sentença condenatória. (Ac. R. G. Sul. R. J. 32/314).

Recomenda-se toda urgência no processo de restauração dos autos, apurando-se a responsabilidade criminal pelo extravio. Custas na forma da lei.

Florianópolis, 24 de janeiro de 1962.

Arno Hoeschl, Presidente. **Ivo Guilhon**, Relator. **Adão Bernardes**, **Euclydes de Cerqueira Cintra**.

Ful presente: **Rubem M. da Costa**.

Foram votos vencedores os dos Exmos. Des. Ferreira Bastos e Trompowsky Taulois Filho.

Ivo Guilhon.

—x—

APELAÇÃO CÍVEL N. 5.006, DA COMARCA DE BLUMENAU.

Relator: Des. Vitor Lima.

AÇÃO EXECUTIVA CAMBIAL. TÍTULO LEGÍTIMO E VENCIDO. DESNECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL. DECISÃO CONFIRMADA.

Se a contestação admite o vencimento da promissória, contra cuja CAUSA DEBENDI nada articula, não se justifica, em ação executiva cambiária, a produção de prova testemunhal, de intúitos, aliás, visivelmente protelatórios.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação civil n. 5.006, de Blumenau, em que é apelante Afonso Eduardo Eskelsen e é apelado Joaquim da Silva Azevedo;

ACORDAM, em Segunda Câmara Civil, do Tribunal de Justiça, adotado o relatório de fls., por votação unânime, conhecer da apelação e do agravo no auto do processo e negar-lhes provimento, para confirmar as decisões recorridas. Custas pelo apelante.

Assim decidem, relativamente ao agravo, porque, com efeito, não só não se justificara o pedido da expedição da precatória para a audiência da única testemunha arrolada na contestação, como essa pava relação alguma teria com articulação defensiva, a admitir a legitimidade da promissória, cuja alegada prorrogação de vencimento não se poderia, mesmo, provar, em razão, até, da natureza do título, com a prova pessoal, indiscutivelmente indicada com intúitos meramente de procrastinação do processo.

E, quanto à apelação, seu primeiro fundamento — o de ser nula a sentença pela ausência da designada prova — é, de todo em todo, impertinente, prejudicado, como se encontra, com o julgamento do agravo. Referente à condenação nos honorários do exequente, a jurisprudência desta instância sempre se vem orientando no invariável sentido de que a impontualidade no pagamento de título de crédito com vencimento certo traduz culpa civil do devedor, pelo que a este acarreta a obrigação de embolsar seu credor dos honorários que despendia na cobrança judicial de seu crédito.

Florianópolis, 2 de abril de 1962.

Vitor Lima, Presidente e Relator. **Marcilio Medeiros**.

João M. de Mattos.

—x—

AGRAVO DE PETIÇÃO N. 477, DA COMARCA DE XANXERE.

Relator: Des. Vitor Lima.

Protesto. Indeferimento. Recurso apropriado. Aplicação do artigo 810, do Código do Processo Civil.

O despacho que indefere protesto judicial constituiu-se em decisão definitiva, portanto apelável.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição

n. 477, de Xanxerê, em que são agravantes Leonelo Santini Bianchi e Domingos Antônio Bianchi e é agravada a sociedade comercial Bertuol, Tomasini Ltda:

ACORDAM, em Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, conhecer do recurso como apelação e determinar a baixa dos autos à Secretaria, para que, nessa classe, sejam distribuídos. Custas a final.

Assim decidem porque, consente se manifesta o exmo. sr. dr. Procurador do Estado, em exercício, oficiante no feito, em preliminar cujos fundamentos jurídicos se adotam, a dúvida, correntia na doutrina e em julgados, sobre o recurso cabível contra o indeferimento preambular do protesto judicial, só pode, na espécie, ser resolvida pelo cabimento da apelação, inclusive porque, no despacho recorrido, seu ilustrado autor fez pertinentes apreciações tanto sobre a ausência de qualquer legítimo interesse dos protestantes, ora recorrentes, quanto sobre o mais o objetivo da inicial.

Estes aspectos, fundamentais da decisão, traduzem perfeitamente o caráter de sua definitividade, tanto que a apreciação do recurso interposto, muito embora os termos gerais do apelo, se restringirá, em última análise, a deferir, ou não, o protesto, e não a determinar seu processamento que este é forma de execução da medida já concedida.

Em assim sendo, como aliás, o é, o despacho impugnado encerra em si, a prestação jurisdicional solicitada, pelo que evidente, como parece ao douto opinante, sua feição de decisão definitiva.

E, incorrendo, dada a motivação exposta, má-fé ou erro grosseiro na interposição do recurso impróprio, sua conversão no apropriado, não pode deixar de ser decretada, não só porque, confessando suas dúvidas e elas são realmente sérias, assim o pedem os agravantes, como porque bem a autoriza o artigo 810, do Código de Processo Civil.

Florianópolis, 11 de dezembro de 1961.

Vitor Lima, Presidente e relator.

Foram, votos vencedores os exmos. srs. des. Ary Pereira Oliveira e Euclides de Cerqueira Cintra.

Ciente: Pádua Peixoto.

—x—

APELAÇÃO Cível N. 5.128, DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS. POLIS.

Relator: Des. Osmundo Nóbrega.

Erro de nome de ação. Irrelevância. Nulidade por falta de citação da mulher do réu. Não se decreta se a ação não versa acerca de posse ou direito real sobre imóvel.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação civil n. 5.128, da comarca de Florianópolis, em que é apelante Jacques Schweidson e apelada a firma Fundação Sapé S. A.:

ACORDAM, em Primeira Câmara Civil, por unanimidade de votos, adotando como parte integrante deste o relatório de fls., negar provimento à apelação. Custas pelo apelante.

Suscita o apelante duas preliminares: a) impropriedade da ação, fundada no art. 302, n. VII, do Cód. de Processo Civil, para solucionar o litígio; b) nulidade da mesma, por falta de citação de sua mulher.

Não é de ser acolhida a primeira preliminar. A ação seguiu o rito ordinário e foi julgada procedente "nos termos do pedido constante da inicial". Se houve erro, não foi do pedido, exposto com clareza e precisão, mas sim na denominação da ação e do dispositivo legal invocado, como seu fundamento. O erro de nome da ação, porém, conforme tem decidido esta Câmara, com apoio na doutrina de eminentes juristas, é irrelevante. Também destituído de importância é o erro de indicação do dispositivo legal em que se funda o

pedido, se a ação seguiu o rito ordinário e os fatos foram expostos com a necessária clareza e precisão, como acontece no caso, segundo a máxima — *da mihi factum dabitur ius*. Apontados os fatos, cumpre ao juiz decidir de acordo com o direito aplicável à espécie *sub-judice*.

Improcede, igualmente, a preliminar da nulidade por falta da citação da mulher do réu. Não se discute, na presente ação, posse, domínio ou outro direito real sobre imóvel, pelo que desnecessária seria a citação da mulher do apelante. Acresce que este não alegou a nulidade em questão antes da sentença. Fê-lo apenas nas razões de apelação, sem provar sequer casado civilmente, e quando não mais se aplica o disposto no art. 209 do Cód. de Processo Civil.

Diante de tais circunstâncias, não será lícito decretar a nulidade da ação, sob os fundamentos invocados pelo apelante.

De meritis, dando pela procedência da ação, decidiu a sentença acertadamente, pelo que merece ser confirmada por seus próprios fundamentos, que são jurídicos e se harmonizam com a prova dos autos.

Florianópolis, 17 de novembro de 1961.

Arno Hoeschl, Presidente. Osmundo Nóbrega, Relator. Ivo Guilhon.

—X—

AGRAVO DE PETIÇÃO N. 469, DA COMARCA DE BLUMENAU.

Relator: Des Osmundo Wanderley da Nóbrega.

Acidente do trabalho. Opiniões divergentes de médicos sobre a causa da lesão. Deve prevalecer a solução mais favorável ao operário, dado o caráter de assistência da Lei de Acidentes de Trabalho.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 469, da Comarca de Blumenau, em que é agravante Piratininga, Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho, e agravado o operário Herbert Bürger:

ACORDAM, em Primeira Câmara Civil, por unanimidade de votos, negar provimento ao agravo. Custas pela agravante.

A controvérsia, em essência, gira em torno da divergência das opiniões dos médicos que examinaram o agravado. Afirma o dr. Otto Freusberg, oftalmologista conceituado, que a lesão constatada no olho esquerdo do agravado decorre de acidente por este sofrido no trabalho. Em sentido contrário depõe o dr. Fernando Heusi, que também o examinou, na qualidade de médico da seguradora.

Diante disso, impõe-se, sem dúvida, a solução mais favorável ao agravado, dado o caráter de assistência da Lei de Acidentes do Trabalho.

É exato que a agravante alega a existência de fraude. Tudo, porém, neste sentido, ficou na esfera de vagas suspeitas, sem viabilidade probatória. E não é mais possível reabrir a instrução da causa, como bem acentuou o dr. Juiz a quo, na sustentação da decisão recorrida.

A sentença, portanto, deve ser confirmada por seus próprios fundamentos, que se coadunam com as considerações acima expendidas.

Florianópolis, 5 de abril de 1962.

Ivo Guilhon, Presidente. Osmundo Nóbrega, Relator Ary Pereira Oliveira.

Fui presente: Hans Buendgens.